



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



AVISO DE PREGÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 035/2026 – PMJ

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 179/2026 de 01/07/2026

RETIFICADO

O **MUNICÍPIO DE JUÍNA**, Estado de Mato Grosso, torna público, para conhecimento de quem possa interessar, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 609/2023 e 610/2023, demais legislações aplicáveis e das exigências estabelecidas neste aviso, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

OBJETO: O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO DE SISTEMAS ELETRÔNICOS DE SEGURANÇA, COM MONITORAMENTO REMOTO 24 (VINTE E QUATRO) HORAS DOS PRÉDIOS PÚBLICOS E/OU IMÓVEIS LOCADOS PELO MUNICÍPIO, MEDIANTE TRANSMISSÃO DE SINAIS POR RADIOFREQUÊNCIA E INTERNET, DE FORMA REDUNDANTE, INCLUINDO RONDAS PREVENTIVAS E INSPEÇÃO TÉCNICA EXTERNA, QUANDO NECESSÁRIA, MEDIANTE DESLOCAMENTO DE TÉCNICO EXTERNO DE SISTEMA ELETRÔNICO DE SEGURANÇA PARA INSPEÇÃO, VERIFICAÇÃO E REGISTRO DE OCORRÊNCIAS, BEM COMO DESINSTALAÇÃO E INSTALAÇÃO DOS SISTEMAS, CONFORME DEMANDA DA ADMINISTRAÇÃO, ATENDENDO ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, DA CÂMARA MUNICIPAL E DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO – DAES, NA QUALIDADE DE ÓRGÃOS PARTICIPANTES, DO MUNICÍPIO DE JUÍNA, ESTADO DE MATO GROSSO**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: Das 20:00 horas do dia 09/10/2026 às 08:59 horas do dia 27/10/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09:00 horas do dia 27/10/2026.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.

MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO.

VALOR ESTIMADO PARA A LICITAÇÃO: R\$ 1.895.400,00 (um milhão, oitocentos e noventa e cinco mil e quatrocentos reais).

LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DA DISPUTA: <https://www.bll.org.br>.

REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF.

O EDITAL FICARÁ DISPONÍVEL: No Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>), no sítio eletrônico oficial do Município de Juína/MT (<https://www.juina.mt.gov.br>), na plataforma eletrônica BLL Compras (<https://www.bll.org.br>) e, para consulta presencial, no Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Juína, situado à Travessa Emmanuel, n.º 33N, Centro, Juína/MT.

Eventuais esclarecimentos poderão ser fornecidos diretamente no Departamento de Licitações e Contratos, situada na Travessa Emmanuel, n.º 33N, Centro, Juína/MT - CEP.: 78320-000, E/OU por meio do Telefone (66) 9-9236-3618.

Obs. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual (vide tópico 4.4. do Termo de Referência).

Juína/MT, 09 de outubro de 2026.

(Assinado eletronicamente)

ISABELLA CRYSTINA GONÇALVES DA CUNHA

Agente de Contratação

Portaria n.º 12.920/2026



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO	5
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	11
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	12
8. DA FASE DE JULGAMENTO	16
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO	18
10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	20
11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	22
12. DOS RECURSOS	22
13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	22
14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	25
15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	25

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/portal/prefjuinamt#/assinatura> e informe o código a96aea86-97af-4b04-a928-9a6da2c916ea, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 035/2026

(Processo Administrativo n.º 179/2026)

RETIFICADO

O **MUNICÍPIO DE JUÍNA**, Estado de Mato Grosso, torna público, para conhecimento de quem possa interessar, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 609/2023 e 610/2023, demais legislações aplicáveis e das exigências estabelecidas neste Edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados no aviso de pregão.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO DE SISTEMAS ELETRÔNICOS DE SEGURANÇA, COM MONITORAMENTO REMOTO 24 (VINTE E QUATRO) HORAS DOS PRÉDIOS PÚBLICOS E/OU IMÓVEIS LOCADOS PELO MUNICÍPIO, MEDIANTE TRANSMISSÃO DE SINAIS POR RADIOFREQUÊNCIA E INTERNET, DE FORMA REDUNDANTE, INCLUINDO RONDAS PREVENTIVAS E INSPEÇÃO TÉCNICA EXTERNA, QUANDO NECESSÁRIA, MEDIANTE DESLOCAMENTO DE TÉCNICO EXTERNO DE SISTEMA ELETRÔNICO DE SEGURANÇA PARA INSPEÇÃO, VERIFICAÇÃO E REGISTRO DE OCORRÊNCIAS, BEM COMO DESINSTALAÇÃO E INSTALAÇÃO DOS SISTEMAS, CONFORME DEMANDA DA ADMINISTRAÇÃO, ATENDENDO ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, DA CÂMARA MUNICIPAL E DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO – DAES, NA QUALIDADE DE ÓRGÃOS PARTICIPANTES, DO MUNICÍPIO DE JUÍNA, ESTADO DE MATO GROSSO**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo/lote único, formado por 9 (nove) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema BLL Compras (<https://bll.org.br/>).

3.1.1. O cadastramento no SICAF é gratuito aos interessados, podendo ser realizado diretamente por meio do endereço eletrônico: <https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/index.jsf>.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.6.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativamente ou judicialmente;

3.6.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.11. sociedades cooperativas;

3.6.12. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.6.13. pessoa física.

Este documento foi assinado eletronicamente e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/portal/prefjuinamt#/> para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. Cada representante, ainda que munido de procuração, poderá representar apenas uma empresa licitante, sob pena de exclusão das representadas do certame.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.6.6. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.4 e 3.6.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.6.4 e 3.6.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.14. A vedação de que trata o item 3.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no item 9.11.1 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos

5

Este documento foi assinado eletronicamente e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/portal/prefjuinamt#/assinatura> e informe o código a96aea86-97af-4b04-a928-9a6da2c916ea, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório **(ANEXO X)**.

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição **(ANEXO X)**.

5.4.2.1. O licitante desobrigado de reservar percentual de vagas aos aprendizes (art. 429, caput, da CLT) deverá comprovar tal condição através da apresentação de certidão emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, obtida por meio do link: <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/aprendiz>.

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal **(ANEXO X)**.

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas **(ANEXO X)**.

5.4.4.1. O licitante desobrigado de reservar percentual de seus cargos para pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados pela Previdenciária Social deverá comprovar tal condição através da apresentação de certidão emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, obtida por meio do link: <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/pcdreab>.

5.4.5. inexistente fato superveniente impeditivo a sua participação e que não foi declarado inidôneo para licitar ou contratar com órgãos públicos **(ANEXO X)**.

5.4.6. não possui em seu quadro de pessoal servidores públicos exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, dos artigos 9º e 14º da Lei n.º 14.133/2021 **(ANEXO X)**.

5.4.7. nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista **(ANEXO X)**.

5.4.8. terá a disponibilidade, caso venha a vencer o certame, dos produtos/serviços licitados para realizar a entrega nos prazos e/ou condições previstas **(ANEXO X)**.

5.4.9. assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras **(ANEXO X)**.

5.4.10. as informações prestadas são verídicas, tendo ciência da responsabilidade pela veracidade das informações, na forma da lei **(ANEXO X)**.

5.4.11. assume o compromisso e responsabilidade com a Sustentabilidade Ambiental, conforme previsto no artigo 5º e 6º da Instrução Normativa N.º 01, de 19 de janeiro de 2010, respeitando as normas de proteção do meio ambiente **(ANEXO V)**.

5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021 **(ANEXO IV)**.

5.5.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

Este documento foi assinado eletronicamente e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/portal/prefjuina/mt/#/assinatura> e informe o código a96aea86-97af-4b04-a928-9a6da2c916ea, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



5.5.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

5.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações;

5.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.7. Na ausência de campo próprio, no sistema, que possibilite ao fornecedor assinalar as declarações constantes no item 5.4 e 5.5, este deve fazê-lo por meio de Declaração formal, subscrita por seu representante legal.

5.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

7

Este documento foi assinado eletronicamente e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/portal/prefjuina/assinatura> e informe o código a96aea86-97af-4b04-a928-9a6da2c916ea, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



5.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.13.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.13.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5.17. DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA FINS DE HABILITAÇÃO:

5.17.1. Habilitação Jurídica:

5.17.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

5.17.1.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

5.17.1.3. Sociedade empresária ou sociedade limitada unipessoal – SLU: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

5.17.1.4. Sociedade Empresária Estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filiar, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/MEI n.º 77, de 18 de março de 2020;

5.17.1.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Este documento foi assinado eletronicamente e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/porta/prejuinaamt#/assinatura> e informe o código a96aea86-97af-4b04-a928-9a6da2c916ea, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



5.17.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

5.17.1.7. Os documentos apresentados deverão ser acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

5.17.1.8. Cédula de Identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional, do representante legal/sócios.

5.17.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

5.17.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

5.17.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

5.17.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

5.17.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

5.17.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal, conforme a natureza da atividade exercida pelo fornecedor e os tributos a que esteja sujeito, relativa ao seu domicílio ou sede, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

5.17.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

5.17.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

5.17.3. Qualificação Econômico-Financeira:

5.17.3.1. Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II), emitida há, no máximo, **30 (trinta) dias**, quando outro prazo de validade não estiver expresso no documento.

5.17.3.1.1. As empresas que apresentarem certidão positiva de RECUPERAÇÃO JUDICIAL poderão participar desta licitação desde que o Juízo em que tramita o procedimento dispense a apresentação da Certidão Negativa de Recuperação Judicial ou certifique que a empresa está em condições de contratar com a Administração Pública.

5.17.4. Qualificação Técnica:

5.17.4.1. Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou no Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT), da jurisdição em que estiver estabelecida a licitante, em plena validade, compatível com a atividade exercida e com o objeto da licitação.

5.17.4.2. Apresentação de no mínimo 01 (um) profissional de nível superior (Engenheiro Elétrico, Engenheiro de Automação e afins) ou de nível técnico (Técnico em Eletrônica,

Este documento foi assinado eletronicamente e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/portal/prefjuinamt#/assinatura> e informe o código a96aea86-97af-4b04-a928-9a6da2c916ea, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



Técnico em Eletrotécnica, Técnico em Automação e afins), detentor de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou TRT (Termo de Responsabilidade Técnica) por execução de serviços de características semelhantes ao objeto do Edital.

5.17.4.3. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação, podendo ser substituída por declaração formal assinada pelo representante legal ou responsável técnico da empresa acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação; **(Anexo VI ou VII, conforme o caso).**

5.17.4.4. Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que comprove aptidão para a execução de serviços de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente.

5.17.4.4.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante;

5.17.4.4.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

5.17.4.4.3. A Administração poderá diligenciar junto a pessoa jurídica emitente do Atestado de Capacidade Técnica, visando obter informações sobre o serviço prestado ou fornecimento de bens/produtos, podendo solicitar cópias das Notas Fiscais, dos respectivos contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios da execução do serviço ou fornecimento de bens/produtos;

5.17.4.4.4. Em hipótese alguma será aceito pela Administração Pública atestado emitido pela própria licitante, sob pena de infringir ao princípio da moralidade, pois a licitante não possui a impessoalidade necessária para atestar sua própria capacidade técnica.

5.17.5. Documentos Complementares:

5.17.5.1. Alvará de Funcionamento expedido pelo Município da sede da licitante, em plena validade, ou, na hipótese de sua dispensa, documento idôneo que comprove que a licitante se encontra legalmente dispensada de sua obtenção.

5.17.5.1.1. Na hipótese de dispensa do Alvará de Funcionamento em razão do enquadramento da atividade econômica como de baixo risco, nos termos da Lei Federal nº 13.874/2019, a licitante deverá apresentar documentação que permita à Administração verificar o seu enquadramento e o respectivo fundamento legal ou regulamentar da dispensa.

5.17.5.1.2. Para fins do subitem anterior, deverá ser observada a legislação específica do Estado, do Distrito Federal ou do Município competente, quando existente, e, na ausência de regulamentação específica, a classificação de risco estabelecida pela legislação federal aplicável e pelas normas expedidas pelo Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – CGSIM, especialmente a Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, e suas alterações.

5.17.5.1.3. A análise quanto ao enquadramento da licitante na hipótese de dispensa do Alvará de Funcionamento considerará o conjunto das atividades econômicas (CNAEs) exercidas e registradas para o estabelecimento, não sendo suficiente, para fins de comprovação da dispensa, a demonstração isolada de que apenas uma das atividades se encontra classificada como de baixo risco. Havendo, dentre as atividades exercidas no estabelecimento, atividade sujeita a licenciamento ou classificada em grau de risco que, nos termos da legislação aplicável, exija Alvará de Funcionamento, deverá a licitante apresentar o respectivo

Este documento foi assinado eletronicamente e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/portal/prefjuinamt/#/assinatura> e informe o código a96aea86-97af-4b04-a928-9a6da2c916ea, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



documento, não sendo aplicável a dispensa com fundamento exclusivo na existência de outro CNAE classificado como de baixo risco.

5.17.5.1.4. A comprovação da dispensa poderá ser realizada mediante certidão, declaração, consulta oficial, ato normativo ou outro documento idôneo que permita à Administração verificar que as atividades econômicas exercidas pela licitante se encontram legalmente dispensadas da obtenção do Alvará de Funcionamento.

5.17.5.1.5. A dispensa da apresentação do Alvará de Funcionamento não afasta a obrigação da licitante de observar as demais exigências legais e regulamentares aplicáveis ao regular exercício de suas atividades.

5.17.5.2. Autorização para Funcionamento, concedida pela Polícia Federal, em plena validade, para o exercício da atividade objeto da contratação, nos termos da Lei nº 14.967/2024 e Decreto nº 13.012/2026;

5.17.5.3. Certificado de Segurança, expedido pela Polícia Federal, em plena validade, nos termos da Lei nº 14.967/2024 e Decreto nº 13.012/2026;

5.17.5.4. Alternativamente à apresentação dos documentos previstos nos **itens 5.17.5.2. e 5.17.5.3.**, a licitante poderá apresentar declaração de que se compromete a providenciar e apresentar a Autorização para Funcionamento e o Certificado de Segurança, expedidos pela Polícia Federal, devidamente válidos e compatíveis com a atividade objeto da contratação, observado o prazo de regularização previsto no art. 60 da Lei nº 14.967/2024; **(Anexo VIII).**

5.17.5.5. Declaração de Execução do Objeto, Disponibilidade de Estrutura Operacional, Veículos, Equipamentos, Meios de Comunicação e Pessoal; **(Anexo IX).**

5.17.5.6. Declaração de que o fornecedor possui ou instalará escritório no Município de Juína/MT, o que deverá ser comprovado no prazo máximo de **60 (sessenta) dias**, contado a partir da vigência da ata de registro de preços; **(Anexo X).**

5.17.5.7. Comprovação de regularidade perante a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), mediante a apresentação de **Ato de Autorização para exploração de Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito ou Coletivo**, expedido em nome da licitante e válido para todo o território nacional, em conformidade com a Resolução nº 720/2020 da ANATEL.

5.18. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

5.19. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

5.20. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário e total de cada item do lote e valor total do lote;

6.1.2. descrição detalhada do(s) item(ns) do respectivo lote, contendo todas as informações e especificações;



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



6.1.3. prazo de validade da proposta, de no mínimo **60 (sessenta) dias**.

6.2. É vedada a identificação do licitante na proposta de preços registrada no sistema configurando, para todos os efeitos, quebra do sigilo.

6.2.1. O licitante deverá enviar a sua proposta sem qualquer elemento que possa identificar a sua identidade, sob pena de desclassificação da proposta.

6.2.2. Caso seja solicitada a indicação da marca, bem como nos casos de contratação de serviços onde possibilitariam a identificação da licitante, esta poderá utilizar o termo “marca própria” ou “serviço”, conforme o caso.

6.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, fretes, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.9.2. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

6.9.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

Este documento foi assinado eletronicamente e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse [https://blue.juina.mt.gov.br/porta/prefjuina/assinatura#/assinatura](https://blue.juina.mt.gov.br/porta/prefjuina/assinatura#/) e informe o código a96aea86-97af-4b04-a928-9a6da2c916ea, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser aquele estipulado no sistema.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, sem prejuízo da aplicação do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) Pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

Este documento foi assinado eletronicamente e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/portal/prefjuina/assinatura> e informe o código a96aea86-97af-4b04-a928-9a6da2c916ea, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



7.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.4. Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) Pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

Este documento foi assinado eletronicamente e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/portal/prefjuina/assinatura#/> e informe o código a96aea86-97af-4b04-a928-9a6da2c916ea, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.20.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.20.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de Mato Grosso;

7.21.2.2. empresas brasileiras;

Este documento foi assinado eletronicamente e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/portal/prefejuinamt#/assinatura> e informe o código a96aea86-97af-4b04-a928-9a6da2c916ea, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



7.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previsto em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.4. O(A) Pregoeiro(a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.4.1. No caso de licitação, com critério de julgamento pelo menor preço por lote, no momento do envio da proposta adequada ao último lance a proponente deverá aplicar o desconto de forma linear para todos os itens do lote, sob pena de desclassificação.

7.23.5. É facultado ao(a) Pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP; e

8.1.4. Lista de Licitantes Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

Este documento foi assinado eletronicamente e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/portal/prefjuinamt#/assinatura> e informe o código a96aea86-97af-4b04-a928-9a6da2c916ea, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de Licitantes Inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o(a) Pregoeiro(a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o(a) Pregoeiro(a) verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.8.1. contiver vícios insanáveis;

8.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.8.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.8.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do(a) Pregoeiro(a), que comprove:

8.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

8.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

Este documento foi assinado eletronicamente e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/porta/prejuinam#/#/assinatura> e informe o código a96aea86-97af-4b04-a928-9a6da2c916ea, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



8.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

8.10.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

8.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no **item 5.17 deste Edital**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada por cartório competente ou por conferência e ateste por servidor público do Departamento de Licitações e Contratos do Município de Juína/MT ou por qualquer outro meio eletrônico legalmente admitido.

9.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



9.4. Não será aceito nenhum protocolo referente à solicitação às repartições competentes, em substituição aos documentos relacionados neste Edital, bem como não serão aceitos documentos rasurados ou fotocopiados via *fac-símile*.

9.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.8. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

9.8.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado através do e-mail licitacao@juina.mt.gov.br, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

9.8.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo representante legal ou responsável técnico da empresa acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.9. A habilitação poderá ser verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.11. A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.11.1. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, podendo ser prorrogado, por igual período, de forma motivada, a critério da Administração.

9.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

Este documento foi assinado eletronicamente e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/portal/prefjuinamt#/> para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



9.12. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.13. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do(a) Pregoeiro(a), a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **2 (duas) horas**, para:

9.13.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.13.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.13.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública;

9.13.5. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.11.1.

9.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

Este documento foi assinado eletronicamente e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/porta/prefjuina/assinatura#/> e informe o código a96aea86-97af-4b04-a928-9a6da2c916ea, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a)** a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b)** a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os lotes constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(is) de cada lote, as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5. O preço registrado, com a indicação do fornecedor, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição/contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10.8. A validade da Ata de Registro de Preços será de **1 (um) ano**, contado da data da sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

10.9. Em caso de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, poderá ser autorizada a renovação dos quantitativos originalmente registrados para os itens constantes da ata, desde que:

- 10.9.1.** haja previsão expressa no Edital e na Ata de Registro de Preços;
- 10.9.2.** seja demonstrada a vantajosidade dos preços registrados para a Administração;
- 10.9.3.** a renovação ocorra concomitantemente à prorrogação da vigência da ata;
- 10.9.4.** os quantitativos renovados não ultrapassem os quantitativos originalmente registrados para cada item;
- 10.9.5.** haja prévia consulta e concordância formal do fornecedor beneficiário da ata.
- 10.10.** A renovação dos quantitativos não implica revisão de preços, nem gera direito subjetivo à contratação, permanecendo as aquisições/contratações condicionadas à necessidade da Administração e à emissão dos respectivos instrumentos de contratação.
- 10.11.** O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- 10.12.** Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

Este documento foi assinado eletronicamente e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/portal/prefjuinamt#/assinatura> e informe o código a96aea86-97af-4b04-a928-9a6da2c916ea, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11.1. O Cadastro de Reserva será composto pela ordem de classificação originária de lances, respeitando a preferência dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário e posterior para os licitantes que mantiverem suas propostas originárias.

12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a **10 (dez) minutos**;

12.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) Pregoeiro(a) durante o certame;

13.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

13.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

Este documento foi assinado eletronicamente e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/portal/prefjuinamt#/assinatura> e informe o código a96aea86-97af-4b04-a928-9a6da2c916ea, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



- 13.1.2.3.** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 13.1.2.4.** deixar de apresentar amostra;
- 13.1.2.5.** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.
- 13.1.3.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 13.1.3.1.** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 13.1.4.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.
- 13.1.5.** fraudar a licitação.
- 13.1.6.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 13.1.6.1.** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 13.1.6.2.** induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 13.1.6.3.** apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 13.1.7.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- 13.1.8.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 13.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 13.2.1.** advertência;
- 13.2.2.** multa;
- 13.2.3.** impedimento de licitar e contratar; e
- 13.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 13.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 13.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 13.3.2.** as peculiaridades do caso concreto.
- 13.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- 13.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública.
- 13.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 13.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.
- 13.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 0,5% a 30% do valor do contrato licitado.
- 13.4.2.** Para as infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, a multa será de 0,5% a 30% do valor do contrato licitado.

Este documento foi assinado eletronicamente e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/portal/prefjuinamt/#/assinatura> e informe o código a96aea86-97af-4b04-a928-9a6da2c916ea, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá recurso no prazo de **15 (quinze) dias úteis** da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

Este documento foi assinado eletronicamente e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/portal/prefjuinamt#/assinatura> e informe o código a96aea86-97af-4b04-a928-9a6da2c916ea, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



13.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até **3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame.

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até **3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@juina.mt.gov.br, ou podendo usar o campo do próprio sistema BLL ou, ainda, protocolado junto ao Município de Juína – Setor de Licitação, situado na Travessa Emmanuel, 33N, Centro, Juína, Mato Grosso, CEP: 78.320.000, de segunda-feira a sexta-feira, das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min.

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

14.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Pregoeiro(a).

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/portal/prefjuinamt#/> para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.juina.mt.gov.br/licitacao>.

15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;

15.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar.

15.11.2. ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços;

15.11.3. ANEXO III – Modelo Preferencial de Procuração;

15.11.4. ANEXO IV – Modelo de Declaração de Enquadramento como ME e EPP;

15.11.5. ANEXO V – Declaração de Qualidade Ambiental e Sustentabilidade Socioambiental;

15.11.6. ANEXO VI – Modelo de Atestado de Vistoria;

15.11.7. ANEXO VII – Modelo de Declaração de Dispensa de Vistoria;

15.11.8. ANEXO VIII - Modelo de Declaração de Compromisso de Regularização;

15.11.9. ANEXO IX - Declaração de Execução do Objeto, Disponibilidade de Estrutura Operacional, Veículos, Equipamentos, Meios de Comunicação e Pessoal;

15.11.10. ANEXO X – Declaração de Existência ou Compromisso de Instalação de Escritório no Município de Juína/MT;

15.11.11. ANEXO XI - Modelo de Declarações;

15.11.12. ANEXO XII - Dados para Cadastro no Departamento de Licitação;

15.11.13. ANEXO XIII - Minuta de Ata de Registro de Preços;

15.11.14. ANEXO XIV – Minuta de Contrato Administrativo.

Juína/MT, 09 de outubro de 2026.

(Assinado eletronicamente)

ISABELLA CRYSTINA GONÇALVES DA CUNHA

Agente de Contratação

Portaria n.º 12.920/2026

Este documento foi assinado eletronicamente e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/portal/prefjuinamt/#/assinatura> e informe o código a96aea86-97af-4b04-a928-9a6da2c916ea, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



ANEXO I

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº 179/2026

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por finalidade o processo de **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO DE SISTEMAS ELETRÔNICOS DE SEGURANÇA, COM MONITORAMENTO REMOTO 24 (VINTE E QUATRO) HORAS DOS PRÉDIOS PÚBLICOS E/OU IMÓVEIS LOCADOS PELO MUNICÍPIO, MEDIANTE TRANSMISSÃO DE SINAIS POR RADIOFREQUÊNCIA E INTERNET, DE FORMA REDUNDANTE, INCLUINDO RONDAS PREVENTIVAS E INSPEÇÃO TÉCNICA EXTERNA, QUANDO NECESSÁRIA, MEDIANTE DESLOCAMENTO DE TÉCNICO EXTERNO DE SISTEMA ELETRÔNICO DE SEGURANÇA PARA INSPEÇÃO, VERIFICAÇÃO E REGISTRO DE OCORRÊNCIAS, BEM COMO DESINSTALAÇÃO E INSTALAÇÃO DOS SISTEMAS, CONFORME DEMANDA DA ADMINISTRAÇÃO, ATENDENDO ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, DA CÂMARA MUNICIPAL E DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO – DAES, NA QUALIDADE DE ÓRGÃOS PARTICIPANTES, DO MUNICÍPIO DE JUÍNA, ESTADO DE MATO GROSSO**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE ÚNICO						
Seq.	Código	Itens	Unidade	Quantidade	Preço Estimado	Valor Total
1	489044	MONITORAMENTO DE PRÉDIO PÚBLICO COM COMODATO DE EQUIPAMENTO, CONTENDO: KIT DE 01 A 08 CAMERAS RESOLUÇÃO IP, GRAVADOR DE IMAGEM COMPATÍVEL COM CAMERAS IP, COM SISTEMA DE ALARME E CIRCUITO FECHADO VIA RÁDIOFREQUÊNCIA E INTERNET, COM RONDAS PREVENTIVAS E ATENDIMENTO EMERGENCIAL; E 01 À 08 SENSORES (INSTALAÇÃO DE SENSORES DE TEMPERATURA EM PONTOS ESPECÍFICOS, QUANDO SOLICITADO PELA ADMINISTRAÇÃO), SUPORTA SISTEMA INTELIGENTE STAYED, ATÉ 15 ZONAS DE TECLADO, EXPANSÃO BUS 4 FIOS, EXPANDE ATÉ 32 ZONAS, EXPANDE ATÉ 10 PGMS, 03 PARTIÇÕES, 32 USUÁRIOS, SUPORTA RECEPTOR E TRANSMISSOR, SUPORTA SÉRIE PCS, SUPORTA MÓDULO GPRS/IP, SUPORTA MÓDULO DE VOZ VDMP3, FIRMWARE ATUALIZÁVEL PELO SOFTWARE CONEXÃO DIRETA E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS, INCLUSO INSTALAÇÃO E MANUTENÇÕES.	mes	276,00	R\$ 1.200,00	R\$ 331.200,00

Este documento foi assinado eletronicamente e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/portal/prefjuinamt/#/assinatura> e informe o código a96aea86-97af-4b04-a928-9a6da2c916ea, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



2	489045	MONITORAMENTO DE PRÉDIO PÚBLICO COM COMODATO DE EQUIPAMENTO, CONTENDO: KIT DE 09 A 16 CAMERAS RESOLUÇÃO IP, GRAVADOR DE IMAGEM COMPATÍVEL COM CAMERAS IP; COM SISTEMA DE ALARME E CIRCUITO FECHADO VIA RÁDIOFREQUÊNCIA E INTERNET, COM RONDAS PREVENTIVAS E ATENDIMENTO EMERGENCIAL; E 09 À 16 SENSORES (INSTALAÇÃO DE SENSORES DE TEMPERATURA EM PONTOS ESPECÍFICOS, QUANDO SOLICITADO PELA ADMINISTRAÇÃO), SUPORTA SISTEMA INTELIGENTE STAYED, ATÉ 15 ZONAS DE TECLADO, EXPANSÃO BUS 4 FIOS, EXPANDE ATÉ 32 ZONAS, EXPANDE ATÉ 10 PGMS, 03 PARTIÇÕES, 32 USUÁRIOS, SUPORTA RECEPTOR E TRANSMISSOR, SUPORTA SÉRIE PCS, SUPORTA MÓDULO GPRS/IP, SUPORTA MÓDULO DE VOZ VDMP3, FIRMWARE ATUALIZÁVEL PELO SOFTWARE CONEXÃO DIRETA E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS, INCLUSO INSTALAÇÃO E MANUTENÇÕES.	mes	156,00	R\$ 1.610,00	R\$ 251.160,00
3	489046	MONITORAMENTO DE PRÉDIO PÚBLICO COM COMODATO DE EQUIPAMENTO, CONTENDO: KIT DE 17 A 32 CAMERAS RESOLUÇÃO IP, GRAVADOR DE IMAGEM COMPATÍVEL COM CAMERAS IP; COM SISTEMA DE ALARME E CIRCUITO FECHADO VIA RÁDIOFREQUÊNCIA E INTERNET, COM RONDAS PREVENTIVAS E ATENDIMENTO EMERGENCIAL; E 17 À 32 SENSORES (INSTALAÇÃO DE SENSORES DE TEMPERATURA EM PONTOS ESPECÍFICOS, QUANDO SOLICITADO PELA ADMINISTRAÇÃO), SUPORTA SISTEMA INTELIGENTE STAYED, ATÉ 15 ZONAS DE TECLADO, EXPANSÃO BUS 4 FIOS, EXPANDE ATÉ 32 ZONAS, EXPANDE ATÉ 10 PGMS, 03 PARTIÇÕES, 32 USUÁRIOS, SUPORTA RECEPTOR E TRANSMISSOR, SUPORTA SÉRIE PCS, SUPORTA MÓDULO GPRS/IP, SUPORTA MÓDULO DE VOZ VDMP3, FIRMWARE ATUALIZÁVEL PELO SOFTWARE CONEXÃO DIRETA E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS, INCLUSO INSTALAÇÃO E MANUTENÇÕES.	mes	252,00	R\$ 2.100,00	R\$ 529.200,00
4	489042	MONITORAMENTO DE PRÉDIO PÚBLICO COM SISTEMA DE ALARME E CIRCUITO FECHADO VIA RÁDIOFREQUÊNCIA E INTERNET, COM RONDAS PREVENTIVAS E ATENDIMENTO EMERGENCIAL E DISPONIBILIZAÇÃO DE 01 À 08 SENSORES (INSTALAÇÃO DE SENSORES DE TEMPERATURA EM PONTOS ESPECÍFICOS, QUANDO SOLICITADO PELA ADMINISTRAÇÃO). DEVENDO A LICITANTE FORNECER OS SEGUINTE EQUIPAMENTOS EM REGIME DE COMODATO: DESCRITIVO DOS EQUIPAMENTOS: 6 ENTRADAS DE ZONA (32 COM ATZ) NA PLACA, 2PGM - MÍNIMO - (AUTOMAÇÃO), SUPORTA O SISTEMA INTELIGENTE STAYD, SUPORTA MÓDULO GPRS/IP, EXPANSÍVEL A 32 ZONAS, EXPANSÍVEL A 16 PGMS, 32 CÓDIGOS DE USUÁRIOS E 2 PARTIÇÕES, SUPORTA DISCADOR DE VOZ VDMP3, FIRMWARE ATUALIZÁVEL ATRAVÉS DO SOFTWARE,	mes	372,00	R\$ 975,00	R\$ 362.700,00



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



		MENU DE PROGRAMAÇÃO PARA CÓDIGO DE INSTALADOR MASTER E DE MANUTENÇÃO, DISCAGEM PARA MÚLTIPLOS NÚMEROS TELEFÔNICOS: 3 PARA CENTRAL DE MONITORAMENTO, 5 PARA DISCAGEM PESSOAL E 1 PARA PAGER, AJUSTE AUTOMÁTICO DO HORÁRIO DE VERÃO E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS, INCLUSO INSTALAÇÃO E MANUTENÇÕES.				
5	489043	MONITORAMENTO DE PRÉDIO PÚBLICO COM SISTEMA DE ALARME E CIRCUITO FECHADO VIA RÁDIOFREQUÊNCIA E INTERNET, COM RONDAS PREVENTIVAS E ATENDIMENTO EMERGENCIAL E DISPONIBILIZAÇÃO DE 09 À 16 SENSORES (INSTALAÇÃO DE SENSORES DE TEMPERATURA EM PONTOS ESPECÍFICOS, QUANDO SOLICITADO PELA ADMINISTRAÇÃO). DEVENDO A LICITANTE FORNECER OS SEGUINTE EQUIPAMENTOS EM REGIME DE COMODATO: DESCRITIVO DOS EQUIPAMENTOS: 6 ENTRADAS DE ZONA (32 COM ATZ) NA PLACA, 2PGM – MÍNIMO - (AUTOMAÇÃO), SUPORTA O SISTEMA INTELIGENTE STAYD, SUPORTA MODULO GPRS/IP, EXPANSÍVEL A 32 ZONAS, EXPANSÍVEL A 16 PGMS, 32 CÓDIGOS DE USUÁRIOS E 2 PARTIÇÕES, SUPORTA DISCADOR DE VOZ VDMP3, FIRMWARE ATUALIZÁVEL ATRAVÉS DO SOFTWARE, MENU DE PROGRAMAÇÃO PARA CÓDIGO DE INSTALADOR MASTER E DE MANUTENÇÃO, DISCAGEM PARA MÚLTIPLOS NÚMEROS TELEFÔNICOS: 3 PARA CENTRAL DE MONITORAMENTO, 5 PARA DISCAGEM PESSOAL E 1 PARA PAGER, AJUSTE AUTOMÁTICO DO HORÁRIO DE VERÃO E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS, INCLUSO INSTALAÇÃO E MANUTENÇÕES.	mes	60,00	R\$ 1.250,00	R\$ 75.000,00
6	489041	MONITORAMENTO DE PRÉDIO PÚBLICO COM SISTEMA DE ALARME E CIRCUITO FECHADO VIA RÁDIOFREQUÊNCIA E INTERNET, COM RONDAS PREVENTIVAS E ATENDIMENTO EMERGENCIAL E DISPONIBILIZAÇÃO DE 17 À 32 SENSORES (INSTALAÇÃO DE SENSORES DE TEMPERATURA EM PONTOS ESPECÍFICOS, QUANDO SOLICITADO PELA ADMINISTRAÇÃO). DEVENDO A LICITANTE FORNECER OS SEGUINTE EQUIPAMENTOS EM REGIME DE COMODATO: DESCRITIVO DOS EQUIPAMENTOS: 6 ENTRADAS DE ZONA (32 COM ATZ) NA PLACA, 2PGM – MÍNIMO - (AUTOMAÇÃO), SUPORTA O SISTEMA INTELIGENTE STAYD, SUPORTA MODULO GPRS/IP, EXPANSÍVEL A 32 ZONAS, EXPANSÍVEL A 16 PGMS, 32 CÓDIGOS DE USUÁRIOS E 2 PARTIÇÕES, SUPORTA DISCADOR DE VOZ VDMP3, FIRMWARE ATUALIZÁVEL ATRAVÉS DO SOFTWARE, MENU DE PROGRAMAÇÃO PARA CÓDIGO DE INSTALADOR MASTER E DE MANUTENÇÃO, DISCAGEM PARA MÚLTIPLOS NÚMEROS TELEFÔNICOS: 3 PARA CENTRAL DE MONITORAMENTO, 5 PARA DISCAGEM PESSOAL E 1 PARA PAGER, AJUSTE AUTOMÁTICO DO HORÁRIO DE VERÃO E DEMAIS ITENS	mes	108,00	R\$ 1.690,00	R\$ 182.520,00

Este documento foi assinado eletronicamente e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/porta/prefjuinamt/#/assinatura> e informe o código a96aea86-97af-4b04-a928-9a6da2c916ea, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



		NECESSÁRIOS, INCLUSO INSTALAÇÃO E MANUTENÇÕES.				
7	489201	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESINSTALAÇÃO E INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO POR CÂMERAS (CFTV) EM EDIFÍCIOS, CONTEMPLANDO SISTEMAS COM 01 A 08 CÂMERAS, 01 A 08 SENSORES E SENSORES DE TEMPERATURA, COM FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL NECESSÁRIO À EXECUÇÃO COMPLETA DOS SERVIÇOS.	un	18,00	R\$ 1.950,00	R\$ 35.100,00
8	489202	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESINSTALAÇÃO E INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO POR CÂMERAS (CFTV) EM EDIFÍCIOS, CONTEMPLANDO SISTEMAS COM 09 A 16 CÂMERAS, 09 A 16 SENSORES E SENSORES DE TEMPERATURA, COM FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL NECESSÁRIO À EXECUÇÃO COMPLETA DOS SERVIÇOS.	un	18,00	R\$ 2.790,00	R\$ 50.220,00
9	489203	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESINSTALAÇÃO E INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO POR CÂMERAS (CFTV) EM EDIFÍCIOS, CONTEMPLANDO SISTEMAS COM 17 A 32 CÂMERAS, 17 A 32 SENSORES E SENSORES DE TEMPERATURA, COM FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL NECESSÁRIO À EXECUÇÃO COMPLETA DOS SERVIÇOS.	un	18,00	R\$ 4.350,00	R\$ 78.300,00
Total:					R\$ 1.895.400,00	

1.1.1. Estimativas de serviços individualizadas, do órgão gerenciador e órgãos participantes.

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA-MT

Seq.	Código	Itens	Unidade	Quantidade
1	489044	MONITORAMENTO DE PRÉDIO PÚBLICO COM COMODATO DE EQUIPAMENTO, CONTENDO: KIT DE 01 A 08 CAMERAS RESOLUÇÃO IP, GRAVADOR DE IMAGEM COMPATÍVEL COM CAMERAS IP, COM SISTEMA DE ALARME E CIRCUITO FECHADO VIA RÁDIOFREQUÊNCIA E INTERNET, COM RONDAS PREVENTIVAS E ATENDIMENTO EMERGENCIAL; E 01 À 08 SENSORES (INSTALAÇÃO DE SENSORES DE TEMPERATURA EM PONTOS ESPECÍFICOS, QUANDO SOLICITADO PELA ADMINISTRAÇÃO), SUPORTA SISTEMA INTELIGENTE STAYED, ATÉ 15 ZONAS DE TECLADO, EXPANSÃO BUS 4 FIOS, EXPANDE ATÉ 32 ZONAS, EXPANDE ATÉ 10 PGMS, 03 PARTIÇÕES, 32 USUÁRIOS, SUPORTA RECEPTOR E TRANSMISSOR, SUPORTA SÉRIE PCS, SUPORTA MÓDULO GPRS/IP, SUPORTA MÓDULO DE VOZ VDMP3, FIRMWARE ATUALIZÁVEL PELO SOFTWARE CONEXÃO DIRETA E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS, INCLUSO INSTALAÇÃO E MANUTENÇÕES.	mes	240,00
2	489045	MONITORAMENTO DE PRÉDIO PÚBLICO COM COMODATO DE EQUIPAMENTO, CONTENDO: KIT DE 09 A 16 CAMERAS RESOLUÇÃO IP, GRAVADOR DE IMAGEM COMPATÍVEL COM CAMERAS IP; COM SISTEMA DE ALARME E CIRCUITO FECHADO VIA RÁDIOFREQUÊNCIA E INTERNET, COM RONDAS PREVENTIVAS E ATENDIMENTO EMERGENCIAL; E 09 À 16 SENSORES (INSTALAÇÃO DE SENSORES DE TEMPERATURA EM PONTOS ESPECÍFICOS, QUANDO SOLICITADO PELA ADMINISTRAÇÃO), SUPORTA SISTEMA INTELIGENTE STAYED, ATÉ 15 ZONAS DE TECLADO, EXPANSÃO BUS 4 FIOS, EXPANDE ATÉ 32 ZONAS, EXPANDE ATÉ 10 PGMS, 03 PARTIÇÕES, 32 USUÁRIOS, SUPORTA RECEPTOR E TRANSMISSOR, SUPORTA SÉRIE PCS, SUPORTA MÓDULO GPRS/IP, SUPORTA MÓDULO DE VOZ VDMP3, FIRMWARE ATUALIZÁVEL PELO SOFTWARE CONEXÃO DIRETA E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS, INCLUSO INSTALAÇÃO E MANUTENÇÕES.	mes	156,00
3	489046	MONITORAMENTO DE PRÉDIO PÚBLICO COM COMODATO DE EQUIPAMENTO, CONTENDO: KIT DE 17 A 32 CAMERAS RESOLUÇÃO IP,	mes	240,00

30



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



		GRAVADOR DE IMAGEM COMPATÍVEL COM CAMERAS IP; COM SISTEMA DE ALARME E CIRCUITO FECHADO VIA RÁDIOFREQUÊNCIA E INTERNET, COM RONDAS PREVENTIVAS E ATENDIMENTO EMERGENCIAL; E 17 À 32 SENSORES (INSTALAÇÃO DE SENSORES DE TEMPERATURA EM PONTOS ESPECÍFICOS, QUANDO SOLICITADO PELA ADMINISTRAÇÃO), SUPORTA SISTEMA INTELIGENTE STAYED, ATÉ 15 ZONAS DE TECLADO, EXPANSÃO BUS 4 FIOS, EXPANDE ATÉ 32 ZONAS, EXPANDE ATÉ 10 PGMS, 03 PARTIÇÕES, 32 USUÁRIOS, SUPORTA RECEPTOR E TRANSMISSOR, SUPORTA SÉRIE PCS, SUPORTA MÓDULO GPRS/IP, SUPORTA MÓDULO DE VOZ VDMP3, FIRMWARE ATUALIZÁVEL PELO SOFTWARE CONEXÃO DIRETA E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS, INCLUSO INSTALAÇÃO E MANUTENÇÕES.		
4	489042	MONITORAMENTO DE PRÉDIO PÚBLICO COM SISTEMA DE ALARME E CIRCUITO FECHADO VIA RÁDIOFREQUÊNCIA E INTERNET, COM RONDAS PREVENTIVAS E ATENDIMENTO EMERGENCIAL E DISPONIBILIZAÇÃO DE 01 À 08 SENSORES (INSTALAÇÃO DE SENSORES DE TEMPERATURA EM PONTOS ESPECÍFICOS, QUANDO SOLICITADO PELA ADMINISTRAÇÃO). DEVENDO A LICITANTE FORNECER OS SEGUINTE EQUIPAMENTOS EM REGIME DE COMODATO: DESCRITIVO DOS EQUIPAMENTOS: 6 ENTRADAS DE ZONA (32 COM ATZ) NA PLACA, 2PGM - MÍNIMO - (AUTOMAÇÃO), SUPORTA O SISTEMA INTELIGENTE STAYD, SUPORTA MÓDULO GPRS/IP, EXPANSÍVEL A 32 ZONAS, EXPANSÍVEL A 16 PGMS, 32 CÓDIGOS DE USUÁRIOS E 2 PARTIÇÕES, SUPORTA DISCADOR DE VOZ VDMP3, FIRMWARE ATUALIZÁVEL ATRAVÉS DO SOFTWARE, MENU DE PROGRAMAÇÃO PARA CÓDIGO DE INSTALADOR MASTER E DE MANUTENÇÃO, DISCAGEM PARA MÚLTIPLOS NÚMEROS TELEFÔNICOS: 3 PARA CENTRAL DE MONITORAMENTO, 5 PARA DISCAGEM PESSOAL E 1 PARA PAGER, AJUSTE AUTOMÁTICO DO HORÁRIO DE VERÃO E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS, INCLUSO INSTALAÇÃO E MANUTENÇÕES.	mes	300,00
5	489043	MONITORAMENTO DE PRÉDIO PÚBLICO COM SISTEMA DE ALARME E CIRCUITO FECHADO VIA RÁDIOFREQUÊNCIA E INTERNET, COM RONDAS PREVENTIVAS E ATENDIMENTO EMERGENCIAL E DISPONIBILIZAÇÃO DE 09 À 16 SENSORES (INSTALAÇÃO DE SENSORES DE TEMPERATURA EM PONTOS ESPECÍFICOS, QUANDO SOLICITADO PELA ADMINISTRAÇÃO). DEVENDO A LICITANTE FORNECER OS SEGUINTE EQUIPAMENTOS EM REGIME DE COMODATO: DESCRITIVO DOS EQUIPAMENTOS: 6 ENTRADAS DE ZONA (32 COM ATZ) NA PLACA, 2PGM - MÍNIMO - (AUTOMAÇÃO), SUPORTA O SISTEMA INTELIGENTE STAYD, SUPORTA MÓDULO GPRS/IP, EXPANSÍVEL A 32 ZONAS, EXPANSÍVEL A 16 PGMS, 32 CÓDIGOS DE USUÁRIOS E 2 PARTIÇÕES, SUPORTA DISCADOR DE VOZ VDMP3, FIRMWARE ATUALIZÁVEL ATRAVÉS DO SOFTWARE, MENU DE PROGRAMAÇÃO PARA CÓDIGO DE INSTALADOR MASTER E DE MANUTENÇÃO, DISCAGEM PARA MÚLTIPLOS NÚMEROS TELEFÔNICOS: 3 PARA CENTRAL DE MONITORAMENTO, 5 PARA DISCAGEM PESSOAL E 1 PARA PAGER, AJUSTE AUTOMÁTICO DO HORÁRIO DE VERÃO E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS, INCLUSO INSTALAÇÃO E MANUTENÇÕES.	mes	48,00
6	489041	MONITORAMENTO DE PRÉDIO PÚBLICO COM SISTEMA DE ALARME E CIRCUITO FECHADO VIA RÁDIOFREQUÊNCIA E INTERNET, COM RONDAS PREVENTIVAS E ATENDIMENTO EMERGENCIAL E DISPONIBILIZAÇÃO DE 17 À 32 SENSORES (INSTALAÇÃO DE SENSORES DE TEMPERATURA EM PONTOS ESPECÍFICOS, QUANDO SOLICITADO PELA ADMINISTRAÇÃO). DEVENDO A LICITANTE FORNECER OS SEGUINTE EQUIPAMENTOS EM REGIME DE COMODATO: DESCRITIVO DOS EQUIPAMENTOS: 6 ENTRADAS DE ZONA (32 COM ATZ) NA PLACA, 2PGM - MÍNIMO - (AUTOMAÇÃO), SUPORTA O SISTEMA INTELIGENTE STAYD, SUPORTA MÓDULO GPRS/IP, EXPANSÍVEL A 32 ZONAS, EXPANSÍVEL A 16 PGMS, 32 CÓDIGOS DE USUÁRIOS E 2 PARTIÇÕES, SUPORTA DISCADOR DE VOZ VDMP3, FIRMWARE ATUALIZÁVEL ATRAVÉS DO SOFTWARE, MENU DE PROGRAMAÇÃO PARA CÓDIGO DE INSTALADOR MASTER E DE MANUTENÇÃO, DISCAGEM PARA MÚLTIPLOS NÚMEROS TELEFÔNICOS: 3 PARA CENTRAL DE MONITORAMENTO, 5 PARA DISCAGEM PESSOAL E 1 PARA PAGER, AJUSTE AUTOMÁTICO DO HORÁRIO DE VERÃO E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS, INCLUSO INSTALAÇÃO E MANUTENÇÕES.	mes	96,00
7	489201	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESINSTALAÇÃO E INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO POR CÂMERAS (CFTV) EM EDIFÍCIOS, CONTEMPLANDO SISTEMAS COM 01 A 08 CÂMERAS, 01 A 08 SENSORES E SENSORES DE TEMPERATURA, COM FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL NECESSÁRIO À EXECUÇÃO COMPLETA DOS SERVIÇOS.	un	18,00
8	489202	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESINSTALAÇÃO E INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO POR CÂMERAS (CFTV) EM EDIFÍCIOS, CONTEMPLANDO SISTEMAS COM 09 A 16 CÂMERAS, 09 A 16 SENSORES E SENSORES DE TEMPERATURA, COM FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL NECESSÁRIO À EXECUÇÃO COMPLETA DOS SERVIÇOS.	un	18,00



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



9	489203	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESINSTALAÇÃO E INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO POR CÂMERAS (CFTV) EM EDIFÍCIOS, CONTEMPLANDO SISTEMAS COM 17 A 32 CÂMERAS, 17 A 32 SENSORES E SENSORES DE TEMPERATURA, COM FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL NECESSÁRIO À EXECUÇÃO COMPLETA DOS SERVIÇOS.	un	18,00
---	--------	--	----	-------

ÓRGÃO PARTICIPANTE: DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO - DAES

Seq.	Código	Itens	Unidade	Quantidade
1	489044	MONITORAMENTO DE PRÉDIO PÚBLICO COM COMODATO DE EQUIPAMENTO, CONTENDO: KIT DE 01 A 08 CAMERAS RESOLUÇÃO IP, GRAVADOR DE IMAGEM COMPATÍVEL COM CAMERAS IP, COM SISTEMA DE ALARME E CIRCUITO FECHADO VIA RÁDIOFREQUÊNCIA E INTERNET, COM RONDAS PREVENTIVAS E ATENDIMENTO EMERGENCIAL; E 01 À 08 SENSORES (INSTALAÇÃO DE SENSORES DE TEMPERATURA EM PONTOS ESPECÍFICOS, QUANDO SOLICITADO PELA ADMINISTRAÇÃO), SUPORTA SISTEMA INTELIGENTE STAYED, ATÉ 15 ZONAS DE TECLADO, EXPANSÃO BUS 4 FIOS, EXPANDE ATÉ 32 ZONAS, EXPANDE ATÉ 10 PGMS, 03 PARTIÇÕES, 32 USUÁRIOS, SUPORTA RECEPTOR E TRANSMISSOR, SUPORTA SÉRIE PCS, SUPORTA MÓDULO GPRS/IP, SUPORTA MÓDULO DE VOZ VDMP3, FIRMWARE ATUALIZÁVEL PELO SOFTWARE CONEXÃO DIRETA E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS, INCLUSO INSTALAÇÃO E MANUTENÇÕES.	mes	36,00
4	489042	MONITORAMENTO DE PRÉDIO PÚBLICO COM SISTEMA DE ALARME E CIRCUITO FECHADO VIA RÁDIOFREQUÊNCIA E INTERNET, COM RONDAS PREVENTIVAS E ATENDIMENTO EMERGENCIAL E DISPONIBILIZAÇÃO DE 01 À 08 SENSORES (INSTALAÇÃO DE SENSORES DE TEMPERATURA EM PONTOS ESPECÍFICOS, QUANDO SOLICITADO PELA ADMINISTRAÇÃO). DEVENDO A LICITANTE FORNECER OS SEGUINTE EQUIPAMENTOS EM REGIME DE COMODATO: DESCRITIVO DOS EQUIPAMENTOS: 6 ENTRADAS DE ZONA (32 COM ATZ) NA PLACA, 2PGM - MÍNIMO - (AUTOMAÇÃO), SUPORTA O SISTEMA INTELIGENTE STAYD, SUPORTA MÓDULO GPRS/IP, EXPANSÍVEL A 32 ZONAS, EXPANSÍVEL A 16 PGMS, 32 CÓDIGOS DE USUÁRIOS E 2 PARTIÇÕES, SUPORTA DISCADOR DE VOZ VDMP3, FIRMWARE ATUALIZÁVEL ATRAVÉS DO SOFTWARE, MENU DE PROGRAMAÇÃO PARA CÓDIGO DE INSTALADOR MASTER E DE MANUTENÇÃO, DISCAGEM PARA MÚLTIPLOS NÚMEROS TELEFÔNICOS: 3 PARA CENTRAL DE MONITORAMENTO, 5 PARA DISCAGEM PESSOAL E 1 PARA PAGER, AJUSTE AUTOMÁTICO DO HORÁRIO DE VERÃO E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS, INCLUSO INSTALAÇÃO E MANUTENÇÕES.	mes	72,00
5	489043	MONITORAMENTO DE PRÉDIO PÚBLICO COM SISTEMA DE ALARME E CIRCUITO FECHADO VIA RÁDIOFREQUÊNCIA E INTERNET, COM RONDAS PREVENTIVAS E ATENDIMENTO EMERGENCIAL E DISPONIBILIZAÇÃO DE 09 À 16 SENSORES (INSTALAÇÃO DE SENSORES DE TEMPERATURA EM PONTOS ESPECÍFICOS, QUANDO SOLICITADO PELA ADMINISTRAÇÃO). DEVENDO A LICITANTE FORNECER OS SEGUINTE EQUIPAMENTOS EM REGIME DE COMODATO: DESCRITIVO DOS EQUIPAMENTOS: 6 ENTRADAS DE ZONA (32 COM ATZ) NA PLACA, 2PGM - MÍNIMO - (AUTOMAÇÃO), SUPORTA O SISTEMA INTELIGENTE STAYD, SUPORTA MÓDULO GPRS/IP, EXPANSÍVEL A 32 ZONAS, EXPANSÍVEL A 16 PGMS, 32 CÓDIGOS DE USUÁRIOS E 2 PARTIÇÕES, SUPORTA DISCADOR DE VOZ VDMP3, FIRMWARE ATUALIZÁVEL ATRAVÉS DO SOFTWARE, MENU DE PROGRAMAÇÃO PARA CÓDIGO DE INSTALADOR MASTER E DE MANUTENÇÃO, DISCAGEM PARA MÚLTIPLOS NÚMEROS TELEFÔNICOS: 3 PARA CENTRAL DE MONITORAMENTO, 5 PARA DISCAGEM PESSOAL E 1 PARA PAGER, AJUSTE AUTOMÁTICO DO HORÁRIO DE VERÃO E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS, INCLUSO INSTALAÇÃO E MANUTENÇÕES.	mes	12,00

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE JUÍNA

Seq.	Código	Itens	Unidade	Quantidade
3	489046	MONITORAMENTO DE PRÉDIO PÚBLICO COM COMODATO DE EQUIPAMENTO, CONTENDO: KIT DE 17 A 32 CAMERAS RESOLUÇÃO IP, GRAVADOR DE IMAGEM COMPATÍVEL COM CAMERAS IP; COM SISTEMA DE ALARME E CIRCUITO FECHADO VIA RÁDIOFREQUÊNCIA E INTERNET, COM RONDAS PREVENTIVAS E ATENDIMENTO EMERGENCIAL; E 17 À 32 SENSORES (INSTALAÇÃO DE SENSORES DE TEMPERATURA EM PONTOS ESPECÍFICOS, QUANDO SOLICITADO PELA ADMINISTRAÇÃO), SUPORTA	mes	12,00

32



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



		SISTEMA INTELIGENTE STAYED, ATÉ 15 ZONAS DE TECLADO, EXPANSÃO BUS 4 FIOS, EXPANDE ATÉ 32 ZONAS, EXPANDE ATÉ 10 PGMS, 03 PARTIÇÕES, 32 USUÁRIOS, SUPORTA RECEPTOR E TRANSMISSOR, SUPORTA SÉRIE PCS, SUPORTA MÓDULO GPRS/IP, SUPORTA MÓDULO DE VOZ VDMP3, FIRMWARE ATUALIZÁVEL PELO SOFTWARE CONEXÃO DIRETA E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS, INCLUSO INSTALAÇÃO E MANUTENÇÕES.		
6	489041	MONITORAMENTO DE PRÉDIO PÚBLICO COM SISTEMA DE ALARME E CIRCUITO FECHADO VIA RÁDIOFREQUÊNCIA E INTERNET, COM RONDAS PREVENTIVAS E ATENDIMENTO EMERGENCIAL E DISPONIBILIZAÇÃO DE 17 À 32 SENSORES (INSTALAÇÃO DE SENSORES DE TEMPERATURA EM PONTOS ESPECÍFICOS, QUANDO SOLICITADO PELA ADMINISTRAÇÃO). DEVENDO A LICITANTE FORNECER OS SEGUINTE EQUIPAMENTOS EM REGIME DE COMODATO: DESCRITIVO DOS EQUIPAMENTOS: 6 ENTRADAS DE ZONA (32 COM ATZ) NA PLACA, 2PGM – MÍNIMO - (AUTOMAÇÃO), SUPORTA O SISTEMA INTELIGENTE STAYD, SUPORTA MÓDULO GPRS/IP, EXPANSÍVEL A 32 ZONAS, EXPANSÍVEL A 16 PGMS, 32 CÓDIGOS DE USUÁRIOS E 2 PARTIÇÕES, SUPORTA DISCADOR DE VOZ VDMP3, FIRMWARE ATUALIZÁVEL ATRAVÉS DO SOFTWARE, MENU DE PROGRAMAÇÃO PARA CÓDIGO DE INSTALADOR MASTER E DE MANUTENÇÃO, DISCAGEM PARA MÚLTIPLOS NÚMEROS TELEFÔNICOS: 3 PARA CENTRAL DE MONITORAMENTO, 5 PARA DISCAGEM PESSOAL E 1 PARA PAGER, AJUSTE AUTOMÁTICO DO HORÁRIO DE VERÃO E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS, INCLUSO INSTALAÇÃO E MANUTENÇÕES.	mes	12,00

1.2. O valor estimado total do objeto é de **R\$ 1.895.400,00 (um milhão, oitocentos e noventa e cinco mil e quatrocentos reais)**.

1.3. O valor estimado total do órgão gerenciador Prefeitura Municipal de Juína/MT é de **R\$ 1.721.520,00 (um milhão, setecentos e vinte e um mil e quinhentos e vinte reais)**.

1.4. O valor estimado total do órgão participante Câmara Municipal de Juína/MT é de **R\$ 45.480,00 (quarenta e cinco mil e quatrocentos e oitenta reais)**.

1.5. O valor estimado total do órgão participante Departamento De Água e Esgoto – DAES de Juína/MT é de **R\$ 128.400,00 (cento e vinte e oito mil e quatrocentos reais)**.

1.6. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços decorrente deste procedimento licitatório será de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

1.7. Os serviços desta licitação são caracterizados como comuns, pois apresentam padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

1.8. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços terão sua vigência definida no respectivo instrumento contratual, observadas as disposições do art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021 e, no que couber, do art. 105 da mesma lei, conforme a necessidade da Administração.

1.9. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias, diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos, sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, taxa de embarque, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2026.

Este documento foi assinado eletronicamente e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/portal/prefjuinamt#/assinatura> e informe o código a96aea86-97af-4b04-a928-9a6da2c916ea, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1.1. Efetuar a prestação dos serviços de acordo com as especificações e condições estipuladas no Termo de Referência;

4.1.2. A CONTRATADA deve responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

4.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato/ata ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato/ata, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato/ata, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual, Municipal, Distrital do domicílio ou sede da contratada; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato/ata;

4.1.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

4.1.9. Manter durante toda a vigência do contrato/ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação;

4.1.10. Para a execução do objeto, a CONTRATADA deverá disponibilizar todos os equipamentos em perfeitas condições de uso e funcionamento, compatíveis com a demanda dos serviços licitados, bem como mão-de-obra qualificada, possibilitando atendimento de forma satisfatória, a fim de não comprometer o andamento e a demanda dos serviços do CONTRATANTE;

Este documento foi assinado eletronicamente e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/portal/prefjuinamt/#/assinatura> e informe o código a96aea86-97af-4b04-a928-9a6da2c916ea, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



4.1.11. Para atender as demandas a CONTRATADA deverá fornecer todos os materiais, mão-de-obra, acessórios e/ou complementos necessários para a completa execução dos serviços propostos, mesmo que não explicitamente descritos nas especificações, porém, necessários para a entrega dos serviços perfeitamente prontos e acabados os seus detalhes;

4.1.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato/ata;

4.1.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito Federal, Estadual ou Municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

4.1.15. Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste Termo de Referência, sem prévia autorização do CONTRATANTE;

4.1.16. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução do contrato/ata;

4.1.17. Caso não seja possível a realização do serviço na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **24 (vinte e quatro) horas** de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;

4.1.18. A CONTRATADA deverá disponibilizar, instalar e configurar, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE, acesso ao sistema de monitoramento por meio de computadores e dispositivos móveis (celulares) aos servidores devidamente autorizados pelo CONTRATANTE, incluindo os recursos necessários à sua utilização, manutenção e suporte durante toda a vigência contratual;

4.1.19. Os equipamentos disponibilizados em regime de comodato deverão ser novos, de primeiro uso e em perfeitas condições de funcionamento, em conformidade com as normas técnicas e regulamentações aplicáveis;

4.1.20. Os serviços deverão ser realizados sem prejuízo do funcionamento dos sistemas, devendo a CONTRATADA adotar medidas para evitar interrupções ou, quando inevitáveis, realizá-las em horários previamente acordados com a CONTRATANTE.

4.1.21. Compete à CONTRATADA implementar e manter, durante toda a execução contratual, os dois meios independentes de transmissão de sinais, mediante internet e radiofrequência, em funcionamento redundante, assegurando que eventual indisponibilidade de um dos canais não interrompa a transmissão dos eventos à Central de Monitoramento. A definição do canal de comunicação a ser utilizado de forma prioritária ficará a cargo da CONTRATADA, desde que assegurados o funcionamento redundante dos meios de transmissão e a continuidade da comunicação com a Central de Monitoramento.

4.2. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.2.1. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA;

4.2.2. Recusar o(s) serviço(s) que esteja(m) sendo realizado(s) em desacordo com o exigido no contrato/ata;

Este documento foi assinado eletronicamente e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/portal/prefjuinamt/#/assinatura> e informe o código a96aea86-97af-4b04-a928-9a6da2c916ea, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



4.2.3. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado, ouvido sempre, neste caso, o Fiscal do Contrato/Ata;

4.2.4. Efetuar o pagamento a CONTRATADA do valor correspondente à prestação do serviço, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

4.2.5. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA, relacionados com o objeto pactuado;

4.2.6. Aplicar a CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais, resguardada a defesa prévia;

4.2.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Prefeitura Municipal de Juína/MT para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA;

4.2.8. Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato/Ata, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4.3. SUSTENTABILIDADE

4.3.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.3.1.1. Equipamentos com baixo consumo de energia;

4.3.1.2. Destinação adequada de resíduos eletrônicos;

4.3.1.3. Adoção de logística reversa;

4.3.1.4. Redução de impactos ambientais durante instalação e operação.

4.4. SUBCONTRATAÇÃO

4.4.1. É proibida a subcontratação, total ou parcial, do objeto desta contratação. A empresa CONTRATADA deverá executar diretamente todas as atividades previstas, sendo integralmente responsável pelo cumprimento das obrigações assumidas, bem como pela qualidade, segurança, eficiência e regularidade dos serviços prestados.

4.4.2. A vedação fundamenta-se na necessidade de garantir a execução direta do objeto, preservar a padronização e evitar riscos à continuidade, à segurança e à integridade dos serviços, nos termos do art. 122, §2º, da Lei nº 14.133/2021, além dos princípios da legalidade, eficiência, segurança e interesse público.

4.4.3. O descumprimento dessa disposição será considerado inadimplemento, sujeitando a CONTRATADA às penalidades previstas no edital e na legislação aplicável.

4.5. DA VISTORIA

4.5.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 7h às 11h e das 13h às 17h.

4.5.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/portal/prefjuinamt#/assinatura> e informe o código a96aea86-97af-4b04-a928-9a6da2c916ea, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



4.5.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentado documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.5.4. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo representante legal ou responsável técnico da empresa acerca do conhecimento plena das condições e peculiaridades da contratação.

4.5.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação de serviços, devendo a CONTRATADA assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.6. DA INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO

4.6.1. Considera-se imprescindível para a adequada execução dos serviços contratados que o fornecedor possua ou venha a instalar escritório contendo estrutura administrativa mínima, no Município de Juína/MT, pelas razões constantes no Estudo Técnico Preliminar.

5. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. DOS SERVIÇOS DE MONITORAMENTO – ITENS 1 A 6 (MENSAL)

5.1.1. A execução dos serviços correspondentes aos **itens 1 a 6** terá início em até **05 (cinco) dias úteis**, após o recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento, podendo ser feito um cronograma de implantação entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA disponibilizar todos os equipamentos, sistemas, recursos humanos, infraestrutura, meios de comunicação e demais recursos necessários à execução integral dos serviços, conforme as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

5.1.2. Os serviços compreenderão, conforme as características e configurações previstas para cada item, **o monitoramento remoto dos sistemas de alarme e, quando integrante da solução contratada, do sistema de CFTV; a transmissão, recepção e tratamento de sinais por radiofrequência e internet, de forma redundante; o monitoramento dos sensores e demais dispositivos instalados; a realização de rondas preventivas, nos termos deste Termo de Referência; a inspeção técnica externa decorrente de sinais ou eventos que demandem verificação presencial; o atendimento e tratamento das ocorrências; a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos; e os demais serviços e recursos necessários ao pleno funcionamento da solução contratada.**

5.1.3. Requisitos mínimos do sistema de gravação:

5.1.3.1. O sistema de videomonitoramento deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos técnicos:

a) Permitir a gravação e o armazenamento das imagens por período mínimo de **30 (trinta) dias**;

b) Possuir resolução de gravação mínima **Full HD (1920 × 1080 pixels)**;

c) Permitir a gravação de, no mínimo, **15 (quinze) frames/quadros por segundo (FPS)**;

d) Possuir recurso de gravação por detecção de movimento, permitindo o acionamento da gravação conforme identificação de movimentação na área monitorada;

e) Possuir redundância de armazenamento, com cópia de segurança (backup) mantida em ambiente secundário por período mínimo de **5 (cinco) a 7 (sete) dias**, de modo a garantir a

Este documento foi assinado eletronicamente e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/portal/prefjuina/mt/#/assinatura> e informe o código a96aea86-97af-4b04-a928-9a6da2c916ea, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



recuperação das imagens em caso de furto, dano ou indisponibilidade dos equipamentos de armazenamento local;

f) Disponibilizar armazenamento local nos equipamentos, com realização de backup em nuvem ou em datacenter localizado em ambiente externo, assegurando a disponibilidade e a recuperação das imagens mesmo em caso de comprometimento, furto ou indisponibilidade dos equipamentos instalados no local.

5.1.4. A CONTRATADA deverá manter **Central de Monitoramento em funcionamento ininterrupto, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana**, inclusive aos sábados, domingos e feriados, durante toda a vigência contratual, apta a receber, identificar, processar, registrar, classificar e tratar os sinais provenientes dos sistemas instalados nos imóveis monitorados.

5.1.5. A CONTRATADA deverá dispor, durante todo o período de execução contratual, **de no mínimo 02 (dois) técnicos externos de sistema eletrônico de segurança**, devidamente habilitados e registrados na Polícia Federal, na forma do Decreto nº 13.012/2026, aptos a realizar atendimentos simultâneos na zona urbana e na zona rural do Município de Juína/MT, sempre que houver acionamentos, sinais ou eventos que demandem verificação presencial, conforme justificativa técnica constante no Estudo Técnico Preliminar.

5.1.6. A inspeção técnica externa decorrente do acionamento do sistema de alarme deverá ser iniciada mediante acionamento imediato do técnico externo pela Central de Monitoramento, devendo a chegada ao imóvel monitorado ocorrer no **prazo máximo de 15 (quinze) minutos**, contado do recebimento do sinal pela Central de Monitoramento, ressalvadas situações comprovadas de caso fortuito ou força maior que impeçam ou retardem o deslocamento.

5.1.7. Para fins de aferição do prazo previsto no item anterior, serão considerados os registros eletrônicos da Central de Monitoramento relativos ao horário de recebimento do sinal e os registros que comprovem a chegada do técnico externo ao imóvel, admitidos outros meios idôneos de comprovação determinados pela fiscalização.

5.1.8. A CONTRATADA deverá afixar, em local visível dos imóveis monitorados, **adesivo ou placa de identificação**, informando que o imóvel é protegido por sistema de monitoramento eletrônico 24 (vinte e quatro) horas, com a finalidade de identificação do serviço e de contribuir para a prevenção de ações lesivas ao patrimônio da CONTRATANTE.

5.1.9. Os sistemas instalados nos imóveis monitorados deverão permanecer conectados à Central de Monitoramento e, quando armados, deverão possibilitar o envio automático de sinais correspondentes aos eventos previamente configurados, tais como invasão, arrombamento, abertura indevida, detecção de presença, acionamento de emergência, alteração de temperatura ou outros eventos compatíveis com os dispositivos instalados.

5.1.10. Os sistemas de alarme deverão ser configurados para permitir o controle de acesso por meio de senhas individualizadas ou outros mecanismos de autenticação dos usuários autorizados, possibilitando a identificação dos usuários responsáveis pelas operações realizadas no sistema.

5.1.11. A transmissão dos sinais dos sistemas instalados nos imóveis até a Central de Monitoramento deverá ocorrer obrigatoriamente por dois meios independentes de comunicação, **mediante internet e radiofrequência, de forma redundante**, de modo que eventual indisponibilidade de um dos canais não interrompa a transmissão dos eventos à Central de Monitoramento, observadas as normas técnicas, regulamentares e autorizações dos órgãos competentes, inclusive da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, quando aplicáveis.

Este documento foi assinado eletronicamente e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/portal/prefjuina/assinatura> e informe o código a96aea86-97af-4b04-a928-9a6da2c916ea, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



5.1.12. Recebido qualquer sinal ou evento de segurança, a Central de Monitoramento deverá proceder à sua identificação, classificação, registro e tratamento, adotando as providências correspondentes à natureza do evento e, quando necessária à verificação presencial, providenciando imediatamente o acionamento e deslocamento do técnico externo de sistema eletrônico de segurança.

5.1.13. O técnico externo de sistema eletrônico de segurança deverá realizar a inspeção técnica do imóvel, verificar as condições encontradas, registrar a ocorrência e comunicar as informações à Central de Monitoramento e, quando necessário, à CONTRATANTE e às autoridades competentes.

5.1.14. Quando constatada situação que indique possível ocorrência de crime, invasão, arrombamento ou outra situação que ofereça risco ao patrimônio público ou às pessoas, a CONTRATADA **deverá acionar imediatamente os órgãos de segurança pública competentes**, não podendo o técnico externo de sistema eletrônico de segurança exercer atribuições próprias das forças policiais.

5.1.15. Após a chegada do técnico externo de sistema eletrônico de segurança ao imóvel, este deverá permanecer no local pelo tempo necessário à realização da inspeção e à adoção das providências compatíveis com sua atribuição, inclusive, quando necessário, até a chegada das autoridades competentes.

5.1.16. A CONTRATADA deverá realizar rondas preventivas programadas nos imóveis abrangidos pelo contrato/ata, observadas as periodicidades e demais informações estabelecidas, conforme relação de imóveis e endereços mantida e atualizada pelas respectivas Secretarias e disponibilizada pela fiscalização contratual, independentemente da ocorrência de disparo ou evento de alarme, com caráter exclusivamente preventivo e de verificação das condições aparentes relacionadas aos sistemas eletrônicos de segurança.

5.1.17. Durante as rondas preventivas, deverá ser observado, no mínimo, o estado aparente dos equipamentos e dispositivos instalados, possíveis sinais externos de violação, danos ou alterações que possam comprometer o funcionamento do sistema, as condições aparentes dos pontos de instalação e a existência de situações que demandem comunicação à Central de Monitoramento ou à CONTRATANTE.

5.1.18. Cada ronda preventiva deverá ser devidamente registrada, contendo, no mínimo, a identificação do imóvel, data e horário de início e término, identificação do profissional responsável, condições verificadas, eventuais irregularidades constatadas e providências adotadas ou recomendadas.

5.1.19. A realização de ronda preventiva não substituirá a inspeção técnica externa decorrente de sinal ou evento de segurança. Sempre que, durante a ronda, for identificado evento que demande inspeção técnica ou outra providência prevista no protocolo operacional, a CONTRATADA deverá adotar imediatamente os procedimentos correspondentes.

5.1.20. A CONTRATADA deverá manter registro atualizado dos eventos e ocorrências relacionados aos imóveis monitorados, incluindo, acionamentos de alarme, desarmes, rearmes, falhas de comunicação, falhas de equipamentos, inspeções técnicas externas, atendimentos presenciais, rondas preventivas, manutenções e demais ocorrências relevantes, disponibilizando tais registros à fiscalização sempre que solicitado.

5.1.21. Nos períodos noturnos, finais de semana, feriados e demais períodos em que não houver expediente nos imóveis monitorados, a CONTRATADA deverá acompanhar a situação dos sistemas de alarme e adotar os procedimentos operacionais necessários para verificar e

Este documento foi assinado eletronicamente e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/portal/prefjuinamt/#/assinatura> e informe o código a96aea86-97af-4b04-a928-9a6da2c916ea, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



assegurar, quando tecnicamente possível e autorizado, a adequada ativação e continuidade do funcionamento dos sistemas.

5.1.22. Quando o sistema permanecer desarmado em razão de desligamento manual, a Central de Monitoramento deverá, quando tecnicamente possível e previamente autorizado pela CONTRATANTE, proceder ao seu rearme remoto, registrando a operação realizada. Nos locais que disponham de vigilante ou servidor responsável pelo imóvel, a CONTRATADA deverá comunicar o fato ao responsável e registrar a justificativa apresentada e, quando informado, o horário previsto para o restabelecimento do sistema.

5.1.23. Para os **itens 1 a 6** a CONTRATADA deverá fornecer, **em regime de comodato, os equipamentos e dispositivos necessários à execução dos serviços, responsabilizando-se pela instalação, configuração, programação, manutenção, atualização, substituição e desinstalação dos equipamentos**, durante a vigência contratual e nas condições estabelecidas neste Termo de Referência, sem prejuízo das demais obrigações assumidas pela CONTRATADA.

5.1.24. A **instalação inicial** dos equipamentos necessários à execução dos serviços correspondentes aos **itens 1 a 6** está incluída nos respectivos preços mensais, não sendo devido pagamento adicional pela instalação, configuração, programação e colocação em funcionamento dos equipamentos necessários à prestação do serviço.

5.1.25. A CONTRATADA deverá assegurar, durante toda a vigência contratual, a **manutenção, suporte técnico e o adequado funcionamento dos equipamentos, sistemas e demais recursos tecnológicos utilizados na execução dos serviços**, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE, compreendendo, no mínimo:

5.1.25.1. Manutenção preventiva periódica:

5.1.25.1.1. A CONTRATADA deverá realizar manutenção preventiva periódica em todos os sistemas e equipamentos instalados, com o objetivo de garantir o pleno funcionamento, a continuidade dos serviços e a redução de riscos de falhas.

5.1.25.1.2. A manutenção preventiva deverá ser executada, no mínimo, **com periodicidade trimestral**, ou em prazo inferior, conforme a necessidade técnica, contemplando, entre outros:

- a) Verificação do funcionamento geral dos sistemas de alarme, CFTV e, quando aplicável, cerca elétrica;
- b) Inspeção e teste dos sensores, câmeras, centrais, sirenes e demais dispositivos;
- c) Verificação da qualidade das imagens, ângulos de captura e funcionamento dos gravadores (DVR/NVR);
- d) Conferência do armazenamento das imagens e integridade dos registros;
- e) Checagem das fontes de alimentação, nobreaks e baterias;
- f) Inspeção da infraestrutura (cabos, conectores, caixas e suportes);
- g) Atualização de software e firmware dos equipamentos, quando aplicável;
- h) Testes de comunicação com a central de monitoramento;
- i) Verificação dos sistemas de redundância e dos meios de comunicação por internet e radiofrequência, inclusive quanto ao funcionamento e à continuidade da transmissão em caso de indisponibilidade de um dos canais;
- j) Ajustes técnicos necessários para otimização do desempenho dos sistemas.

5.1.25.1.3. A CONTRATADA deverá emitir **relatório técnico** de cada manutenção preventiva realizada, contendo, no mínimo: data de execução; identificação da unidade atendida;



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



descrição dos serviços realizados; eventuais não conformidades e providências adotadas e recomendações técnicas.

5.1.25.1.4. A não realização da manutenção preventiva nos prazos estabelecidos poderá ensejar a aplicação de penalidades contratuais.

5.1.25.2. Manutenção corretiva sob demanda:

5.1.25.2.1. A CONTRATADA deverá realizar manutenção corretiva sempre que identificadas falhas, defeitos, indisponibilidades ou qualquer irregularidade no funcionamento dos sistemas de alarme, CFTV, garantindo o restabelecimento integral da operação no menor tempo possível.

5.1.25.2.2. A manutenção corretiva deverá ser prestada mediante acionamento da CONTRATANTE ou identificação automática pela Central de Monitoramento, devendo a CONTRATADA adotar as providências necessárias de forma imediata.

5.1.25.2.3. Os atendimentos deverão observar os seguintes níveis mínimos de serviço (SLA):

I. Falhas críticas (indisponibilidade total do sistema ou comprometimento da segurança):

- prazo máximo de atendimento: até 4 (quatro) horas;
- prazo máximo para solução: até 12 (doze) horas.

II. Falhas médias (funcionamento parcial ou degradação do sistema):

- prazo máximo de atendimento: até 8 (oito) horas;
- prazo máximo para solução: até 24 (vinte e quatro) horas.

III. Falhas leves (ajustes, configurações ou ocorrências sem impacto direto na segurança):

- prazo máximo de atendimento: até 24 (vinte e quatro) horas;
- prazo máximo para solução: até 48 (quarenta e oito) horas.

5.1.25.2.4. O descumprimento dos prazos estabelecidos poderá ensejar a aplicação de penalidades contratuais.

5.1.25.3. Substituição de equipamentos defeituosos sem custo adicional, utilizando equipamentos de mesma qualidade ou superior.

5.1.25.4. Atendimento técnico conforme níveis de serviço (SLA).

5.1.25.5. Atualização tecnológica quando necessária.

5.1.26. Na ocorrência de falha que comprometa o funcionamento ou a continuidade do monitoramento, a CONTRATADA deverá adotar imediatamente as providências necessárias para restabelecer o serviço, utilizando, quando tecnicamente possível, meios ou procedimentos alternativos que reduzam o período de indisponibilidade.

5.1.27. Na hipótese de indisponibilidade temporária do sistema eletrônico de segurança, a CONTRATADA deverá comunicar imediatamente o fato à Central de Monitoramento e à fiscalização ou responsável indicado pela CONTRATANTE, informando a causa provável, as providências adotadas e a previsão de normalização.

5.1.28. A **desinstalação** dos equipamentos será realizada mediante solicitação da CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA, às suas expensas e sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE, proceder à retirada dos equipamentos, acessórios, cabeamentos, suportes, dispositivos e demais componentes utilizados na instalação, quando de sua propriedade ou fornecidos em comodato, adotando todas as medidas e os cuidados necessários para preservar a integridade das instalações físicas do imóvel.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



5.1.29. Após a desinstalação, a CONTRATADA deverá deixar o local em condições adequadas de uso, realizando, quando necessário, os reparos decorrentes de danos diretamente ocasionados pela retirada inadequada dos equipamentos.

5.1.30. Os equipamentos fornecidos em regime de comodato serão devolvidos à CONTRATADA após sua desinstalação, mediante registro da retirada e identificação dos equipamentos, acessórios e demais componentes recolhidos.

5.1.31. A CONTRATADA deverá manter **sigilo sobre todas as informações, imagens, dados, registros, documentos, senhas, códigos, configurações e demais informações** a que tiver acesso em razão da execução dos serviços, sendo vedada sua divulgação, reprodução, compartilhamento ou utilização para finalidade diversa da execução contratual, ressalvadas as hipóteses previstas em lei ou expressamente autorizadas pela CONTRATANTE.

5.1.32. No tratamento de imagens, dados pessoais, registros de acesso, informações de usuários e demais dados decorrentes da execução dos serviços, a CONTRATADA deverá observar a legislação aplicável, inclusive a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, adotando medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados contra acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas.

5.1.33. DA RELAÇÃO DOS IMÓVEIS, DA INCLUSÃO DE NOVOS LOCAIS E DA PERIODICIDADE DAS RONDAS PREVENTIVAS

5.1.33.1. A relação dos imóveis constante deste Termo de Referência representa a previsão inicial dos prédios públicos e/ou imóveis locados que serão abrangidos pelos serviços de monitoramento e pelas rondas preventivas, podendo ser alterada durante a vigência contratual, de acordo com o interesse público e as necessidades administrativas da CONTRATANTE.

ÓRGÃO	IMÓVEL/UNIDADE	ITEM	PERIODICIDADE MÍNIMA DAS RONDAS
Gabinete do Prefeito	Tiro De Guerra	2	01 Ronda Noturna Diária
Gabinete do Prefeito	Prédio Da Prefeitura	1/6	01 Ronda Noturna Diária
Secretaria Municipal de Finanças e Administração	Arquivo Morto	1	01 Ronda Noturna Diária
Secretaria Municipal de Educação	Escola Municipal Maria Hilda Panas	2	01 Ronda Noturna Diária
Secretaria Municipal de Educação	Escola Estadual Dr. Guilherme Freitas de Abreu Lima	3	01 Ronda Noturna Diária
Secretaria Municipal de Educação	Alvares de Azevedo Terra Roxa	3	-
Secretaria Municipal de Educação	Escola Rural Municipal Osvaldo Cruz - Filadélfia	3	-
Secretaria Municipal de Educação	Escola Municipal Rural Euclides da Cunha - Linha 04	1	-
Secretaria Municipal de Educação	Escola Municipal Vinicius De Moraes - Fontanillas	2	-
Secretaria Municipal de Educação	CEI Criança Feliz	2	01 Ronda Noturna Diária



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



Secretaria Municipal de Educação	Escola Municipal Paulo Freire	3	01 Ronda Noturna Diária
Secretaria Municipal de Educação	Creche Dom Franco Dalla Valle	2	01 Ronda Noturna Diária
Secretaria Municipal de Educação	CEI Menino Jesus	2	01 Ronda Noturna Diária
Secretaria Municipal de Educação	Escola Municipal Padre José Anchieta	3	01 Ronda Noturna Diária
Secretaria Municipal de Educação	CEI Vasco Papa	3	01 Ronda Noturna Diária
Secretaria Municipal de Educação	CEI São Cristóvão	3	01 Ronda Noturna Diária
Secretaria Municipal de Educação	CEI Arco Iris	2	01 Ronda Noturna Diária
Secretaria Municipal de Educação	Departamento de Logística	1	01 Ronda Noturna Diária
Secretaria Municipal de Educação	CEI Luís Felipe Martins Marques Luiz	3	01 Ronda Noturna Diária
Secretaria Municipal de Educação	CEI Bruno Leonardo Campos	2	01 Ronda Noturna Diária
Secretaria Municipal de Educação	Centro De Nutrição	1	01 Ronda Noturna Diária
Secretaria Municipal de Educação	CEI Nosso Lar	3	01 Ronda Noturna Diária
Secretaria Municipal de Educação	Sede Administrativa	3	01 Ronda Noturna Diária
Secretaria Municipal de Educação	Centro Municipal de Robótica – CMR (Ampliação em Andamento)	6	01 Ronda Noturna Diária
Secretaria Municipal de Esporte	Casa da Cultura	6	01 Ronda Noturna Diária
Secretaria Municipal de Esporte	Ginásio De Esportes	3	01 Ronda Noturna Diária
Secretaria Municipal de Agricultura	Copropan	4	01 Ronda Noturna Diária
Secretaria Municipal de Agricultura	Sede Da Secretaria	4	01 Ronda Noturna Diária
Secretaria Municipal de Assistência Social	Vó Paixão	3	01 Ronda Noturna Diária
Secretaria Municipal de Assistência Social	Cras	2	01 Ronda Noturna Diária
Secretaria Municipal de Assistência Social	Conselho Tutelar	5	01 Ronda Noturna Diária
Secretaria Municipal de Assistência Social	Creas	4	01 Ronda Noturna Diária
Secretaria Municipal de Assistência Social	Cad. Único	4	01 Ronda Noturna Diária



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



Secretaria Municipal de Assistência Social	Gestão (Sede)	1	01 Ronda Noturna Diária
Secretaria Municipal de Saúde	Upa - Unidade de Pronto Atendimento	5	01 Ronda Noturna Diária
Secretaria Municipal de Saúde	Central de Abastecimento Farmacêutico e Insumos	4	01 Ronda Noturna Diária
Secretaria Municipal de Saúde	Gestão da Secretaria de Saúde	1	01 Ronda Noturna Diária
Secretaria Municipal de Saúde	UCT- Unidade de Coleta e Transfusão de Sangue	4	01 Ronda Noturna Diária
Secretaria Municipal de Saúde	CTA- Centro de Amostragem e Testagem	4	01 Ronda Noturna Diária
Secretaria Municipal de Saúde	Vigilância Epidemiológica-Rede De Frio	4	01 Ronda Noturna Diária
Secretaria Municipal de Saúde	Farmácia Básica	4	01 Ronda Noturna Diária
Secretaria Municipal de Saúde	U.S.F Palmeira	4	01 Ronda Noturna Diária
Secretaria Municipal de Saúde	U.S.F Modulo 06	4	01 Ronda Noturna Diária
Secretaria Municipal de Saúde	CAPS	4	01 Ronda Noturna Diária
Secretaria Municipal de Saúde	Centro De Reabilitação Mod. 02	4	01 Ronda Noturna Diária
Secretaria Municipal de Saúde	Vigilância Ambiental	4	01 Ronda Noturna Diária
Secretaria Municipal de Saúde	U.S.F Padre Duílio 1	4	01 Ronda Noturna Diária
Secretaria Municipal de Saúde	U.B.F Módulo 05 Equipe 01	4	01 Ronda Noturna Diária
Secretaria Municipal de Saúde	U.S.F São Jose Operário	4	01 Ronda Noturna Diária
Secretaria Municipal de Saúde	U.B.S Central	4	01 Ronda Noturna Diária
Secretaria Municipal de Saúde	U.B.F Módulo 06 Equipe 01	4	01 Ronda Noturna Diária
Secretaria Municipal de Saúde	U.B.F Módulo 05 Equipe 02	4	01 Ronda Noturna Diária
Secretaria Municipal de Saúde	U.B.F Modulo 05 Equipe 03	4	01 Ronda Noturna Diária
Secretaria Municipal de Saúde	U.S.F Módulo 04	4	01 Ronda Noturna Diária
Secretaria Municipal de Saúde	U.S.F Rural I e II	4	01 Ronda Noturna Diária



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



Secretaria Municipal de Saúde	Academia De Saúde	4	01 Ronda Noturna Diária
Secretaria Municipal de Infraestrutura	Sede Da Secretaria	3	01 Ronda Noturna Diária
Câmara Municipal	Sede Administrativa	3/6	01 Ronda Noturna Diária
OBS.: Os endereços dos locais e prédios acima relacionados serão informados pelas Secretarias solicitantes e pela Câmara Municipal de Juína na respectiva Ordem de Fornecimento. OBS.: A relação dos locais e prédios pertencentes ao Departamento de Água e Esgoto – DAES (órgão participante), bem como os respectivos endereços onde será realizado o monitoramento pela empresa contratada, será informada na respectiva Ordem de Fornecimento. E, quanto as rondas preventivas registra-se que também serão informadas posteriormente pelo órgão.			

5.1.33.2. A Secretaria solicitante ou órgão participante poderá, durante a vigência contratual, solicitar a inclusão de novos imóveis ou unidades administrativas na relação de locais atendidos, bem como a alteração, suspensão ou exclusão de locais anteriormente indicados, mediante comunicação formal à CONTRATADA e observadas às condições, os quantitativos e os preços contratados.

5.1.33.3. A inclusão de novos imóveis ficará condicionada à existência de quantitativo contratual disponível para o respectivo serviço.

5.1.33.4. A inclusão, alteração ou exclusão de imóveis deverá ser formalizada pela Secretaria solicitante ou órgão participante com a indicação, conforme aplicável, do imóvel ou unidade, endereço, órgão responsável, item correspondente, quantidade de equipamentos, periodicidade das rondas preventivas e demais informações necessárias à adequada execução dos serviços.

5.1.33.5. As alterações na relação de imóveis não poderão implicar, por si só, a execução de serviços estranhos ao objeto contratado, devendo permanecer restritas às soluções e aos serviços previstos neste Termo de Referência.

5.1.33.6. A CONTRATADA deverá promover as adequações necessárias à execução dos serviços nos novos locais incluídos, observados os prazos estabelecidos neste Termo de Referência e na respectiva Ordem de Fornecimento.

5.1.33.7. A periodicidade mínima das rondas preventivas indicada para cada imóvel poderá ser ajustada pela Secretaria solicitante ou órgão participante durante a vigência contratual, de acordo com a necessidade administrativa e as características do local, desde que observados os quantitativos contratados e os preços pactuados.

5.1.33.8. A relação atualizada dos imóveis abrangidos pelos serviços e as respectivas periodicidades de rondas preventivas serão de responsabilidade da Secretaria ou do órgão participante, responsável pelo respectivo imóvel, devendo as informações atualizadas serem disponibilizadas à fiscalização contratual e à CONTRATADA para fins de programação e execução dos serviços.

5.2. DOS SERVIÇOS DE DESINSTALAÇÃO E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS DE MONITORAMENTO POR CÂMARAS – ITENS 7 A 9 (SOB DEMANDA)

5.2.1. A execução dos serviços correspondentes aos itens 7 a 9 compreenderá a desinstalação e a instalação de sistemas de monitoramento por câmeras - CFTV, incluindo câmeras, sensores, sensores de temperatura e demais componentes integrantes da solução, nos prédios públicos e/ou imóveis locados indicados pela CONTRATANTE, observadas às quantidades e faixas de equipamentos estabelecidas para cada item.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



5.2.2. Os serviços de desinstalação e instalação dos **itens 7 a 9** serão realizados sob demanda, **mediante solicitação da CONTRATANTE e emissão da respectiva Ordem de Fornecimento**, observadas as quantidades, especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

5.2.3. A CONTRATADA deverá fornecer **todos os materiais, acessórios, componentes, ferramentas, equipamentos, mão de obra e demais recursos necessários à perfeita execução dos serviços**, conforme as especificações técnicas estabelecidas para cada item, não podendo exigir da CONTRATANTE qualquer pagamento adicional por materiais ou serviços necessários ao pleno funcionamento da solução.

5.2.4. Os serviços de desinstalação e instalação deverão ser executados no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, contados do recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento.

5.2.4.1. Caso não seja possível a realização do serviço conforme estipulado, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **24 (vinte e quatro) horas** de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas as situações de caso fortuito e força maior.

5.2.5. Os serviços deverão ser executados por profissionais devidamente capacitados, observando as normas técnicas aplicáveis, as condições estruturais do imóvel e as orientações da fiscalização da CONTRATANTE, de modo a garantir a segurança, funcionalidade, estabilidade, organização e adequado desempenho dos equipamentos instalados.

5.2.6. Após a instalação, a CONTRATADA deverá realizar todos os **testes de funcionamento e comunicação necessários**, incluindo, conforme aplicável, testes das câmeras, sensores, alarmes, transmissão e recepção de sinais, comunicação com a Central de Monitoramento, alimentação elétrica, armazenamento e transmissão das imagens, geração e recepção de eventos e demais componentes integrantes do sistema.

5.2.7. O serviço de instalação somente será considerado concluído após a comprovação do adequado funcionamento dos equipamentos e sistemas instalados, mediante realização dos testes pertinentes e aceite da fiscalização da CONTRATANTE.

5.2.8. A CONTRATADA será responsável pela adequada fixação, instalação, identificação e organização dos equipamentos e componentes, devendo preservar as condições físicas e estruturais dos imóveis, respondendo pelos danos que causar em decorrência da execução inadequada dos serviços.

5.2.9. A desinstalação dos equipamentos será realizada mediante **solicitação da CONTRATANTE**, devendo a CONTRATADA retirar os equipamentos, acessórios, cabeamentos e demais componentes instalados, quando de sua propriedade ou fornecidos em comodato, adotando os cuidados necessários para não causar danos às instalações físicas do imóvel.

5.2.10. Após a desinstalação, a CONTRATADA deverá deixar o local em condições adequadas de uso, realizando, quando necessário, os reparos decorrentes de danos diretamente ocasionados pela retirada inadequada dos equipamentos.

5.2.11. Os equipamentos fornecidos em regime de comodato deverão ser devolvidos à CONTRATADA após sua desinstalação, mediante registro da retirada e identificação dos equipamentos, acessórios e demais componentes recolhidos.

5.2.12. A CONTRATADA deverá elaborar **registro dos serviços** de desinstalação e instalação realizados, contendo, no mínimo, a identificação do imóvel, data da execução, descrição dos serviços, identificação dos equipamentos instalados ou retirados, quantidade,

Este documento foi assinado eletronicamente e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse [https://blue.juina.mt.gov.br/portal/prefjuina/assinatura#/assinatura](https://blue.juina.mt.gov.br/portal/prefjuina/assinatura#/) e informe o código a96aea86-97af-4b04-a928-9a6da2c916ea, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



eventuais alterações realizadas e ocorrências verificadas, disponibilizando o registro à fiscalização da CONTRATANTE.

5.3. PROCEDIMENTOS DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO

5.3.1. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

5.3.1.1. Ao término da vigência contratual ou na hipótese de rescisão, extinção ou encerramento antecipado do contrato, a CONTRATADA adotará as providências necessárias para assegurar a transição dos serviços de monitoramento para a nova empresa responsável, de modo a evitar a descontinuidade da vigilância eletrônica dos imóveis abrangidos pela contratação.

5.3.1.2. A transição deverá ser planejada e executada de forma a preservar a continuidade do monitoramento, devendo a instalação, configuração, programação, testes e ativação dos novos equipamentos e sistemas ocorrerem de maneira coordenada, segura e organizada.

5.3.1.3. Os equipamentos de propriedade da CONTRATADA ou disponibilizados em regime de comodato somente poderão ser desinstalados e retirados após a efetiva disponibilização da nova solução, ou em momento previamente definido pela CONTRATANTE, desde que assegurada a continuidade do monitoramento.

5.3.1.4. Caso, por circunstâncias excepcionais e devidamente justificadas, seja necessária a manutenção temporária dos serviços pela CONTRATADA após o término da vigência contratual, a continuidade da prestação deverá ser previamente formalizada pela CONTRATANTE, observada a legislação aplicável, inclusive quanto à existência de cobertura contratual e à correspondente remuneração.

5.3.1.5. A eventual continuidade temporária dos serviços não implicará prorrogação ou renovação automática do contrato, devendo limitar-se ao período estritamente necessário para a conclusão da transição e entrada em operação da nova solução.

5.3.1.6. A CONTRATADA deverá comunicar formalmente à CONTRATANTE qualquer fato que possa comprometer a continuidade do monitoramento durante o processo de transição, indicando os riscos identificados e as medidas necessárias para sua prevenção ou mitigação.

5.3.1.7. Concluída a transição e estando a nova empresa devidamente apta a assumir os serviços, a CONTRATADA deverá promover a desmobilização e retirada dos equipamentos de sua propriedade, observando o cronograma definido pela CONTRATANTE e sem ocasionar interrupção do monitoramento.

5.4. MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS A SEREM DISPONIBILIZADOS

5.4.1. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar, às suas expensas, todos os materiais, equipamentos, componentes, acessórios, ferramentas, utensílios, sistemas, meios de comunicação e demais recursos necessários à execução integral do objeto, nas quantidades e especificações compatíveis com os serviços contratados.

5.5. GARANTIA DOS SERVIÇOS E DOS EQUIPAMENTOS

5.5.1. O prazo de garantia contratual dos serviços prestados e dos equipamentos e demais componentes fornecidos pela CONTRATADA, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, **12 (doze) meses**, contados a partir do respectivo recebimento ou aceite pela CONTRATANTE.

Este documento foi assinado eletronicamente e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/portal/prefjuinamt#/assinatura> e informe o código a96aea86-97af-4b04-a928-9a6da2c916ea, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



5.5.2. A CONTRATADA deverá assegurar garantia técnica integral durante toda a vigência contratual, responsabilizando-se pelo pleno funcionamento dos sistemas de alarme, CFTV, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

5.5.3. Durante o período de garantia, a CONTRATADA deverá sem ônus adicional para a CONTRATANTE, reparar, corrigir, substituir ou refazer, conforme o caso, os serviços, equipamentos ou componentes que apresentarem defeitos, falhas, vícios ou incorreções decorrentes da execução ou do fornecimento, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e na legislação aplicável.

5.5.4. A garantia contratual não exclui nem reduz as responsabilidades decorrentes da garantia legal ou de outras obrigações previstas na legislação e no instrumento contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO/ATA

6.1. O(A) contrato/ata deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato/ata, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato/ata ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. FISCALIZAÇÃO

6.6.1. A execução do contrato/ata deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato/ata, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.7. FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

6.7.1. O fiscal técnico do contrato/ata acompanhará a execução do contrato/ata, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato/ata, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.2. O fiscal técnico do contrato/ata anotar no histórico de gerenciamento do contrato/ata todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato/ata, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato/ata emitirá notificações para a correção da execução do contrato/ata, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



6.7.4. O fiscal técnico do contrato/ata informará ao gestor do contrato/ata, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.7.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato/ata nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato/ata comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato/ata. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.7.6. O fiscal técnico do contrato/ata comunicará ao gestor do contrato/ata, em tempo hábil, o término do contrato/ata sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.8. FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

6.8.1. O fiscal administrativo do contrato/ata verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato/ata atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato/ata para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.9. GESTOR DO CONTRATO/ATA

6.9.1. O gestor do contrato/ata coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato/ata contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato/ata, a exemplo da ordem de serviço/fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato/ata para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.9.2. O gestor do contrato/ata acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato/ata, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato/ata e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.9.3. O gestor do contrato/ata acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.9.4. O gestor do contrato/ata emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.9.5. O gestor do contrato/ata tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

Este documento foi assinado eletronicamente e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/portal/prefeituam#/> para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



6.9.6. O gestor do contrato/ata deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.9.7. O gestor do contrato/ata deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato/ata.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. DO RECEBIMENTO E DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1.1. O recebimento e a medição dos serviços serão realizados de acordo com a natureza e a forma de execução de cada item, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no contrato/ata e nas respectivas Ordens de Fornecimento.

7.1.2. Para os **itens 1 a 6**, de execução mensal e contínua, a medição será realizada mensalmente, considerando os serviços efetivamente prestados no período de referência, incluindo, conforme aplicável, o monitoramento dos sistemas, a disponibilidade da Central de Monitoramento, as inspeções técnicas externas, as rondas preventivas, a manutenção dos equipamentos e demais obrigações integrantes da solução contratada.

7.1.2.1. Excepcionalmente, a medição dos serviços poderá ser realizada em período inferior a **30 (trinta) dias**, especialmente quando o início ou o encerramento da execução contratual não coincidir com o período mensal de referência, devendo ser considerados, para fins de medição e pagamento, exclusivamente os serviços efetivamente prestados no período. Nesses casos, a CONTRATADA deverá emitir a respectiva Nota Fiscal correspondente ao período efetivamente executado, observados os valores proporcionais aos dias de prestação dos serviços.

7.1.3. A medição dos **itens 1 a 6** será realizada com base nos registros de execução dos serviços, relatórios da CONTRATADA, registros da Central de Monitoramento, registros das inspeções técnicas externas, registros das rondas preventivas e demais documentos ou evidências que se mostrarem necessários à comprovação da efetiva prestação dos serviços.

7.1.4. Para os **itens 7 a 9**, de execução sob demanda, a medição será realizada por serviço efetivamente executado, conforme a respectiva Ordem de Fornecimento, considerando a desinstalação e instalação integral dos sistemas e os demais serviços e materiais necessários previstos para o respectivo item.

7.1.5. Os serviços dos **itens 7 a 9** somente serão considerados aptos para medição após sua conclusão e verificação pela fiscalização da CONTRATANTE, mediante comprovação do atendimento às especificações estabelecidas neste Termo de Referência e na respectiva Ordem de Fornecimento.

7.1.6. O recebimento provisório dos serviços será realizado pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato/ata, mediante verificação preliminar da execução e dos documentos apresentados pela CONTRATADA, para posterior análise de sua conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência e no contrato/ata.

7.1.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando executados em desacordo com as especificações, condições ou níveis de serviço estabelecidos neste Termo de Referência, devendo a CONTRATADA, às suas expensas, promover as correções, ajustes ou complementações determinadas pela fiscalização, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

Este documento foi assinado eletronicamente e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/portal/prefjuina/mt/#/assinatura> e informe o código a96aea86-97af-4b04-a928-9a6da2c916ea, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



7.1.8. O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação da conformidade e da adequada execução dos serviços, mediante aceite da fiscalização, observado o prazo de até **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento da documentação necessária à medição e da respectiva Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente.

7.1.9. Nos serviços de execução mensal e contínua, o recebimento definitivo corresponderá à aceitação dos serviços efetivamente prestados no respectivo período de medição, não implicando a quitação de obrigações futuras ou a renúncia da CONTRATANTE ao direito de verificar posteriormente eventuais falhas ou irregularidades na execução contratual.

7.1.10. Nos serviços de desinstalação e instalação correspondentes aos **itens 7 a 9**, o recebimento definitivo ocorrerá após a conclusão dos serviços, realização dos testes pertinentes, quando aplicáveis, e verificação de sua conformidade pela fiscalização da CONTRATANTE.

7.1.11. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, mediante justificativa, quando houver necessidade de diligências, testes, verificações técnicas ou correções necessárias à aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade ou quantidade dos serviços, deverá ser observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à CONTRATADA para emissão da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente relativamente à parcela incontroversa da execução, para fins de liquidação e pagamento.

7.1.13. O prazo para a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução dos serviços ou de saneamento da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, identificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação da despesa, não será computado para fins de recebimento definitivo.

7.1.14. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela adequada execução dos serviços, pela qualidade dos equipamentos, produtos e materiais fornecidos, nem pelas demais responsabilidades legais e contratuais decorrentes da execução do objeto.

7.2. LIQUIDAÇÃO

7.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **10 (dez) dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.2.2.1. O prazo de validade;

7.2.2.2. A data da emissão;

7.2.2.3. Os dados do contrato e do órgão CONTRATANTE;

7.2.2.4. O período respectivo de execução do contrato;

7.2.2.5. O valor a pagar; e

7.2.2.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a

Este documento foi assinado eletronicamente e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/portal/prefjuinamt#/assinatura> e informe o código a96aea86-97af-4b04-a928-9a6da2c916ea, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE.

7.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

7.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.2.8. Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a CONTRATADA a ampla defesa.

7.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.3. PRAZO DE PAGAMENTO

7.3.1. O pagamento dos **itens 1 a 6** será realizado mensalmente, após a medição, o recebimento definitivo e a liquidação da despesa correspondente ao respectivo período de execução.

7.3.2. O pagamento dos **itens 7 a 9** será realizado após a execução, medição, recebimento definitivo e liquidação de despesa relativa aos serviços efetivamente executados, conforme a respectiva Ordem de Fornecimento.

7.3.3. O pagamento será efetuado no prazo de até **30 (trinta) dias corridos**, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.3.4. No caso de atraso pelo CONTRATANTE, os valores devidos a CONTRATADA serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, tendo como base a Taxa Referencial – TR, pro rata tempore, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

$$I = (TX/100)/365$$

Este documento foi assinado eletronicamente e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/portal/prefjuina/assinatura#/> e informe o código a96aea86-97af-4b04-a928-9a6da2c916ea, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Números de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

7.4. FORMA DE PAGAMENTO

7.4.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

7.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.4.5. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

8.1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR LOTE**.

8.2. REGIME DE EXECUÇÃO

8.2.1. O regime de execução do contrato será empreitada por preço global.

8.3. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

8.3.1. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

8.3.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

8.3.1.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.3.1.1.2. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.3.1.1.3. Sociedade empresária ou sociedade limitada unipessoal – SLU: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



8.3.1.1.4. Sociedade Empresária Estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/MEI n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.3.1.1.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.3.1.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem a sede a matriz.

8.3.1.1.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.3.1.1.8. Cédula de Identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional, do representante legal/sócios.

8.3.1.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

8.3.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.3.1.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.3.1.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.3.1.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.3.1.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal, conforme a natureza da atividade exercida pelo fornecedor e os tributos a que esteja sujeito, relativa ao seu domicílio ou sede, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.3.1.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.3.1.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.3.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

8.3.1.3.1. Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II), emitida há, no máximo, **30 (trinta) dias**, quando outro prazo de validade não estiver expresso no documento.

8.3.1.3.1.1. As empresas que apresentarem certidão positiva de RECUPERAÇÃO JUDICIAL poderão participar desta licitação desde que o Juízo em que tramita o procedimento dispense apresentação da Certidão Negativa de Recuperação Judicial ou certifique que a empresa está em condições de contratar com a Administração Pública.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



8.3.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

8.3.1.4.1. Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou no Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT), da jurisdição em que estiver estabelecida a licitante, em plena validade, compatível com a atividade exercida e com o objeto da licitação.

8.3.1.4.2. Apresentação de no mínimo 01 (um) profissional de nível superior (Engenheiro Elétrico, Engenheiro de Automação e afins) ou de nível técnico (Técnico em Eletrônica, Técnico em Eletrotécnica, Técnico em Automação e afins), detentor de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou TRT (Termo de Responsabilidade Técnica) por execução de serviços de características semelhantes ao objeto do Edital.

8.3.1.4.3. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação, podendo ser substituída por declaração formal assinada pelo representante legal da empresa acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.3.1.4.4. Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que comprove aptidão para a execução de serviços de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente.

8.3.1.4.4.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.3.1.4.4.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.3.1.4.4.3. A Administração poderá diligenciar junto à pessoa jurídica emitente do Atestado de Capacidade Técnica, visando obter informações sobre o serviço prestado ou fornecimento de bens/produtos, podendo solicitar cópias das Notas Fiscais, dos respectivos contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios da execução do serviço ou fornecimento de bens/produtos.

8.3.1.4.4.4. Em hipótese alguma será aceito pela Administração Pública atestado emitido pela própria licitante, sob pena de infringir ao princípio da moralidade, pois a licitante não possui a impessoalidade necessária para atestar sua própria capacidade técnica.

8.3.1.5. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES:

8.3.1.5.1. Alvará de Funcionamento expedido pelo Município da sede da licitante, em plena validade, ou, na hipótese de sua dispensa, documento idôneo que comprove que a licitante se encontra legalmente dispensada de sua obtenção.

8.3.1.5.1.1. Na hipótese de dispensa do Alvará de Funcionamento em razão do enquadramento da atividade econômica como de baixo risco, nos termos da Lei Federal nº 13.874/2019, a licitante deverá apresentar documentação que permita à Administração verificar o seu enquadramento e o respectivo fundamento legal ou regulamentar da dispensa.

8.3.1.5.1.2. Para fins do subitem anterior, deverá ser observada a legislação específica do Estado, do Distrito Federal ou do Município competente, quando existente, e, na ausência de regulamentação específica, a classificação de risco estabelecida pela legislação federal aplicável e pelas normas expedidas pelo Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – CGSIM, especialmente a Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, e suas alterações.

Este documento foi assinado eletronicamente e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/portal/prefjuinamt#/assinatura> e informe o código a96aea86-97af-4b04-a928-9a6da2c916ea, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



8.3.1.5.1.3. A análise quanto ao enquadramento da licitante na hipótese de dispensa do Alvará de Funcionamento considerará o conjunto das atividades econômicas (CNAEs) exercidas e registradas para o estabelecimento, não sendo suficiente, para fins de comprovação da dispensa, a demonstração isolada de que apenas uma das atividades se encontra classificada como de baixo risco. Havendo, dentre as atividades exercidas no estabelecimento, atividade sujeita a licenciamento ou classificada em grau de risco que, nos termos da legislação aplicável, exija Alvará de Funcionamento, deverá a licitante apresentar o respectivo documento, não sendo aplicável a dispensa com fundamento exclusivo na existência de outro CNAE classificado como de baixo risco.

8.3.1.5.1.4. A comprovação da dispensa poderá ser realizada mediante certidão, declaração, consulta oficial, ato normativo ou outro documento idôneo que permita à Administração verificar que as atividades econômicas exercidas pela licitante se encontram legalmente dispensadas da obtenção do Alvará de Funcionamento.

8.3.1.5.1.5. A dispensa da apresentação do Alvará de Funcionamento não afasta a obrigação da licitante de observar as demais exigências legais e regulamentares aplicáveis ao regular exercício de suas atividades.

8.3.1.5.2. Autorização para Funcionamento, concedida pela Polícia Federal, em plena validade, para o exercício da atividade objeto da contratação, nos termos da Lei nº 14.967/2024 e Decreto nº 13.012/2026.

8.3.1.5.3. Certificado de Segurança, expedido pela Polícia Federal, em plena validade, nos termos da Lei nº 14.967/2024 e Decreto nº 13.012/2026.

8.3.1.5.4. Alternativamente à apresentação dos documentos previstos nos **itens 8.3.1.5.2 e 8.3.1.5.3**, a licitante poderá apresentar declaração de que se compromete a providenciar e apresentar a Autorização para Funcionamento e o Certificado de Segurança, expedidos pela Polícia Federal, devidamente válidos e compatíveis com a atividade objeto da contratação, observado o prazo de regularização previsto no art. 60 da Lei nº 14.967/2024;

8.3.1.5.5. Declaração de Execução do Objeto, Disponibilidade de Estrutura Operacional, Veículos, Equipamentos, Meios de Comunicação e Pessoal.

8.3.1.5.6. Declaração de que o fornecedor possui ou instalará escritório no Município de Juína/MT, o que deverá ser comprovado no prazo máximo de **60 (sessenta) dias**, contado a partir da vigência do contrato.

8.3.1.5.7. Comprovação de regularidade perante a **Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL)**, mediante a apresentação de **Ato de Autorização para exploração de Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito ou Coletivo**, expedido em nome da licitante e válido para todo o território nacional, em conformidade com a Resolução nº 720/2020 da ANATEL.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 1.895.400,00 (um milhão, oitocentos e noventa e cinco mil e quatrocentos reais)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Prefeitura Municipal de Juína/MT.

Este documento foi assinado eletronicamente e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/portal/prefjuinamt#/assinatura> e informe o código a96aea86-97af-4b04-a928-9a6da2c916ea, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



10.2. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

- 11 - 01.001.04.122.0002.2005.3.3.90.39.1.500.0000000;
- 22 - 01.001.04.122.0004.2021.3.3.90.39.1.500.0000000;
- 92 - 02.100.12.361.0002.2203.3.3.90.39.1.500.1001000;
- 118 - 02.110.12.361.0032.2204.3.3.90.39.1.500.1001000;
- 153 - 02.120.12.365.0034.2218.3.3.90.39.1.500.1001000;
- 239 - 03.105.10.301.0013.2304.3.3.90.39.1.500.1002000;
- 263 - 03.105.10.302.0015.2315.3.3.90.39.1.500.1002000;
- 297 - 03.105.10.302.0015.2319.3.3.90.39.1.500.1002000;
- 343 - 03.105.10.302.0015.2337.3.3.90.39.1.500.1002000;
- 397 - 03.105.10.305.0016.2309.3.3.90.39.1.500.1002000;
- 408 - 03.105.10.305.0016.2311.3.3.90.39.1.500.1002000;
- 332 - 03.105.10.302.0015.2329.3.3.90.39.1.500.1002000;
- 367 - 03.105.10.303.0017.2312.3.3.90.39.1.500.1002000;
- 321 - 03.105.10.302.0015.2327.3.3.90.39.1.500.1002000;
- 310 - 03.105.10.302.0015.2326.3.3.90.39.1.500.1002000;
- 475 - 04.140.04.122.0002.2410.3.3.90.39.1.500.0000000;
- 645 - 06.180.08.244.0006.2601.3.3.90.39.1.500.0000000;
- 610 - 06.180.08.243.0006.2605.3.3.90.39.1.500.0000000;
- 673 - 06.180.08.244.0007.2606.3.3.90.39.1.500.0000000;
- 687 - 06.180.08.244.0007.2608.3.3.90.39.1.500.0000000;
- 704 - 06.180.08.244.0008.2611.3.3.90.39.1.500.0000000;
- 761 - 07.100.04.122.0002.2702.3.3.90.39.1.500.0000000;
- 854 - 08.190.04.122.0002.2822.3.3.90.39.1.500.0000000;
- 936 - 09.100.04.122.0002.2902.3.3.90.39.1.501.0000000;
- 968 - 09.120.13.392.0033.2222.3.3.90.39.1.501.0000000;
- 1034 - 10.110.23.691.0010.2958.3.3.90.39.1.501.0000000;
- 1074 - 10.140.04.122.0002.2713.3.3.90.39.1.501.0000000;
- 1098 - 10.150.14.422.0003.2420.3.3.90.39.1.501.0000000.

Juína/MT, 08 de outubro de 2026.

Solicitante:

(assinado eletronicamente)

VALDOIR ANTÔNIO PEZZINI

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA: 4.986/2022

(assinado eletronicamente)

ALESSANDRA ETTORRE MALDONADO FERREIRA

PRESIDENTE – CÂMARA MUNICIPAL DE JUÍNA

(assinado eletronicamente)

EDUARDO RODRIGUES DA SILVA

DIRETOR GERAL DO DAES

PORTARIA Nº 8.279/2024

Elaborado por:

(assinado eletronicamente)

GABRIELLY DA SILVA BATISTA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

Este documento foi assinado eletronicamente e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/portal/prefjuina/assinatura#/> e informe o código a96aea86-97af-4b04-a928-9a6da2c916ea, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



APÊNDICE DO ANEXO I – **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 179/2026.

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

O presente Estudo Técnico Preliminar - ETP conforme previsto na Lei n.º 14.133/21, constitui a primeira etapa do planejamento de uma contratação e serve essencialmente para assegurar a viabilidade técnica e embasar o Termo de Referência.

Assim, o ETP tem como objetivo principal estudar detalhadamente a necessidade da contratação e identificar no mercado a melhor solução para suprir a necessidade, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

Isto posto, o presente instrumento, trata-se de Estudo Técnico Preliminar que visa verificar a viabilidade para o processo de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO DE SISTEMAS ELETRÔNICOS DE SEGURANÇA, COM MONITORAMENTO REMOTO 24 (VINTE E QUATRO) HORAS DOS PRÉDIOS PÚBLICOS E/OU IMÓVEIS LOCADOS PELO MUNICÍPIO, MEDIANTE TRANSMISSÃO DE SINAIS POR RADIOFREQUÊNCIA E INTERNET, DE FORMA REDUNDANTE, INCLUINDO RONDAS PREVENTIVAS E INSPEÇÃO TÉCNICA EXTERNA, QUANDO NECESSÁRIA, MEDIANTE DESLOCAMENTO DE TÉCNICO EXTERNO DE SISTEMA ELETRÔNICO DE SEGURANÇA PARA INSPEÇÃO, VERIFICAÇÃO E REGISTRO DE OCORRÊNCIAS, BEM COMO DESINSTALAÇÃO E INSTALAÇÃO DOS SISTEMAS, CONFORME DEMANDA DA ADMINISTRAÇÃO, ATENDENDO ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, DA CÂMARA MUNICIPAL E DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO – DAES, NA QUALIDADE DE ÓRGÃOS PARTICIPANTES, DO MUNICÍPIO DE JUÍNA, ESTADO DE MATO GROSSO.**

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por finalidade atender à necessidade do Município de Juína/MT de dispor de serviços especializados de monitoramento remoto contínuo dos sistemas eletrônicos de segurança, abrangendo os prédios públicos e/ou imóveis locados utilizados pela Administração Municipal, bem como os imóveis da Câmara Municipal e do Departamento de Água e Esgoto Sanitário - DAES, na qualidade de órgãos participantes.

A necessidade decorre da importância de assegurar a proteção do patrimônio público, dos equipamentos, instalações, documentos e demais bens existentes nos imóveis abrangidos, bem como contribuir para a prevenção e a rápida identificação de situações que possam representar risco de furto, invasão, vandalismo, dano ao patrimônio ou outras ocorrências que comprometam a segurança das unidades públicas.

Nesse sentido, faz-se necessária a disponibilização de serviço especializado de monitoramento 24 (vinte e quatro) horas por dia, mediante transmissão dos sinais dos sistemas eletrônicos de segurança por **radiofrequência e internet**, possibilitando o



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



acompanhamento remoto dos eventos e a adoção das providências previstas para cada ocorrência.

A contratação também se justifica pela necessidade de realização de rondas preventivas e inspeções técnicas externas, quando necessárias, mediante deslocamento de técnico especializado para verificação das condições aparentes dos sistemas, identificação de eventuais anormalidades, inspeção do local e registro das ocorrências, contribuindo para a manutenção da efetividade dos mecanismos de segurança instalados.

Além disso, considerando a dinâmica de utilização dos imóveis públicos e a possibilidade de alteração, ampliação ou reorganização das unidades administrativas, mostra-se necessária a previsão de desinstalação e instalação dos sistemas eletrônicos de segurança conforme a demanda da Administração, permitindo a adequação dos serviços às necessidades das Secretarias Municipais e dos órgãos participantes sem a necessidade de contratação independente para cada movimentação ou alteração de local.

A contratação possui, ainda, natureza continuada, uma vez que o monitoramento e os demais serviços de segurança devem ser prestados de forma permanente e ininterrupta, de modo a garantir a continuidade da proteção dos imóveis e do patrimônio público, inclusive fora do horário de expediente e em períodos de menor circulação de servidores e usuários.

Diante disso, a contratação de empresa especializada mostra-se necessária para assegurar a continuidade, eficiência e confiabilidade do monitoramento dos sistemas eletrônicos de segurança, proporcionando resposta adequada aos eventos identificados e suporte técnico às unidades abrangidas.

Por fim, a contratação de forma conjunta, por meio do Sistema de Registro de Preços, tendo o Município de Juína como órgão gerenciador e a Câmara Municipal e o DAES como órgãos participantes, possibilita o atendimento padronizado das necessidades dos diversos órgãos, promovendo maior eficiência administrativa, racionalização dos procedimentos e melhor aproveitamento dos recursos públicos, sem prejuízo da posterior formalização dos instrumentos contratuais necessários à continuidade dos serviços, conforme a necessidade de cada órgão e as disposições legais aplicáveis.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

3.1. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO QUANTO À HETEROGENEIDADE OU COMPLEXIDADE

O objeto caracteriza-se como serviço comum e de natureza contínua, nos termos do art. 6º, incisos XIII e XV, da Lei Federal nº 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, sendo possível estabelecer, de forma clara e precisa, as condições, características, procedimentos, níveis de atendimento e resultados esperados pela Administração.

Compreende a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de monitoramento de sistemas eletrônicos de segurança, com monitoramento remoto 24 (vinte e quatro) horas, dos prédios públicos e/ou imóveis locados pelo Município, mediante transmissão de sinais por radiofrequência e internet, de forma redundante, incluindo o acompanhamento permanente dos sistemas de segurança instalados nos imóveis abrangidos pela contratação.

Integram o objeto, ainda, a realização de rondas preventivas e inspeção técnica externa, quando necessária, mediante deslocamento de técnico externo especializado em sistemas eletrônicos de segurança, para inspeção, verificação e registro de ocorrências, bem

Este documento foi assinado eletronicamente e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/portal/prefejuinamt#/assinatura> e informe o código a96aea86-97af-4b04-a928-9a6da2c916ea, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



como os serviços de desinstalação e instalação dos sistemas eletrônicos de segurança, conforme demanda da Administração.

A prestação dos serviços deverá contemplar todos os recursos humanos, técnicos, operacionais, equipamentos, veículos, ferramentas, materiais, dispositivos e demais insumos necessários à adequada execução do objeto, observadas as condições e especificações estabelecidas no Termo de Referência.

Os serviços deverão ser executados de acordo com as normas técnicas aplicáveis, a legislação vigente, as boas práticas de segurança eletrônica e os procedimentos operacionais estabelecidos pela Administração, observando-se, especialmente, os requisitos de disponibilidade, continuidade, segurança, confiabilidade, qualidade e celeridade no atendimento das ocorrências.

O monitoramento remoto deverá funcionar de forma contínua, durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive finais de semana e feriados, com utilização de meios redundantes de transmissão de sinais por radiofrequência e internet, de modo a reduzir os riscos de interrupção da comunicação e proporcionar maior confiabilidade ao sistema de segurança dos imóveis monitorados.

As especificações técnicas, os procedimentos de monitoramento, os critérios de atendimento e registro das ocorrências, os tempos máximos de resposta, as condições para acionamento das rondas preventivas e inspeções técnicas, os procedimentos de desinstalação e instalação dos equipamentos, os critérios de medição e pagamento, os padrões de qualidade e demais condições para a prestação dos serviços serão estabelecidos objetivamente no Termo de Referência.

A contratação atenderá às necessidades das Secretarias Municipais, da Câmara Municipal e do Departamento de Água e Esgoto Sanitário – DAES, na qualidade de órgãos participantes, abrangendo os prédios públicos e/ou imóveis locados pelo Município de Juína, Estado de Mato Grosso, conforme os locais e quantitativos definidos pela Administração.

3.2. CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO QUANTO AO MODELO DE EXECUÇÃO

Trata-se de serviço comum, de natureza contínua e sem dedicação exclusiva de mão de obra, cuja execução deverá ocorrer de forma permanente durante a vigência da contratação, tendo em vista a necessidade de manutenção do monitoramento remoto dos sistemas eletrônicos de segurança durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias da semana, inclusive finais de semana e feriados.

A natureza contínua decorre da necessidade permanente da Administração de dispor de sistema de monitoramento e acompanhamento dos sinais de segurança dos prédios públicos e/ou imóveis locados, de modo a possibilitar a identificação de ocorrências, o acionamento dos procedimentos previstos, a realização de rondas preventivas e, quando necessário, o deslocamento de técnico externo para inspeção, verificação e registro das ocorrências.

A interrupção dos serviços de monitoramento poderá comprometer a segurança dos imóveis, equipamentos, instalações, documentos, bens públicos e demais patrimônios neles existentes, razão pela qual a prestação deverá ocorrer de forma ininterrupta durante toda a vigência contratual.

A execução dos serviços compreenderá, de forma contínua, o monitoramento remoto dos sistemas eletrônicos de segurança, o recebimento e tratamento dos sinais transmitidos por radiofrequência e internet, de forma redundante, a identificação e registro de ocorrências e o acionamento das medidas previstas no Termo de Referência.

Este documento foi assinado eletronicamente e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/portal/prefjuinamt/#/assinatura> e informe o código a96aea86-97af-4b04-a928-9a6da2c916ea, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



Quando houver necessidade, serão realizados deslocamentos de equipe para a execução de rondas preventivas e inspeções técnicas externas, com a finalidade de verificar as condições dos sistemas, identificar possíveis ocorrências, realizar inspeções, registrar os fatos constatados e adotar as providências necessárias, conforme os procedimentos definidos pela Administração.

Os serviços de desinstalação e instalação dos sistemas eletrônicos de segurança serão executados conforme demanda da Administração, sempre que houver necessidade de implantação, remanejamento, alteração ou retirada dos equipamentos nos imóveis abrangidos pela contratação.

A execução deverá ocorrer de maneira organizada e integrada, permitindo que cada ocorrência seja devidamente identificada, registrada, acompanhada e, quando necessário, atendida pela equipe responsável, observados os tempos de resposta e demais níveis de serviço estabelecidos no Termo de Referência.

Considerando a natureza contínua do serviço de monitoramento remoto 24 (vinte e quatro) horas, a contratação deverá observar os prazos e condições estabelecidos no art. 106 da Lei Federal nº 14.133/2021, quando aplicável, bem como as demais disposições legais pertinentes, podendo a Administração estabelecer prazo contratual compatível com a natureza contínua do objeto e com a necessidade de assegurar a continuidade e eficiência da prestação dos serviços.

A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se pela existência de demandas variáveis relacionadas à instalação, desinstalação, remanejamento e demais serviços eventualmente demandados pela Administração, bem como pela possibilidade de inclusão ou alteração dos imóveis a serem atendidos durante a execução, conforme as necessidades dos órgãos participantes.

O Sistema de Registro de Preços possibilita maior flexibilidade administrativa, permitindo que as demandas sejam atendidas de acordo com a necessidade efetivamente verificada, observados os quantitativos registrados, as condições estabelecidas no instrumento convocatório e na respectiva Ata de Registro de Preços, sem obrigatoriedade de contratação integral dos quantitativos estimados.

Ressalta-se que a adoção do Sistema de Registro de Preços não afasta a natureza contínua do serviço de monitoramento, uma vez que, para os imóveis efetivamente incluídos na contratação, o monitoramento deverá ser prestado de forma ininterrupta, durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, enquanto vigente a respectiva contratação, observadas as condições estabelecidas pela Administração.

Dessa forma, a contratação contempla tanto a prestação contínua do monitoramento remoto dos sistemas eletrônicos de segurança quanto os serviços acessórios e eventuais de rondas preventivas, inspeções técnicas externas, instalação, desinstalação e demais intervenções necessárias, conforme as condições e demandas estabelecidas no Termo de Referência.

4. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Na presente contratação deverão ser observados os seguintes requisitos normativos durante a execução contratual:

- a) Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos);
- b) Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor);
- c) Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD);



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



- d) Lei nº 14.967/2024;
- e) Lei Complementar nº 123/2006;
- f) Decreto nº 11.246/2022;
- g) Decreto nº 13.012/2026;
- h) Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT);
- i) Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022;
- j) Instrução Normativa nº 3.

5. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os requisitos da contratação serão descritos no Termo de Referência, atendo-se aos seguintes tópicos: **Habilitação Jurídica, Qualificação Econômico-Financeira, Qualificação Técnica.**

5.1. DA NECESSIDADE DE EQUIPE MÍNIMA

No que se refere à capacidade operacional para atendimento das ocorrências, a CONTRATADA deverá dispor de no mínimo 02 (dois) técnicos externos de sistema eletrônico de segurança, devidamente habilitados e registrados na Polícia Federal, na forma da legislação aplicável, com meios de deslocamento adequados e sistema de comunicação permanente com a Central de Monitoramento, aptos e disponíveis para realizar atendimentos em qualquer localidade da zona urbana ou rural do Município de Juína/MT.

A exigência de quantitativo mínimo de 02 (dois) técnicos justifica-se pela necessidade de assegurar a capacidade de atendimento simultâneo de ocorrências, considerando a extensão territorial do Município e a possibilidade de acionamentos concomitantes em diferentes localidades. Dessa forma, caso ocorram, por exemplo, dois acionamentos simultâneos, sendo um na zona urbana e outro na zona rural, a CONTRATADA deverá possuir capacidade operacional para realizar os dois atendimentos de forma independente e simultânea, sem que o atendimento de uma ocorrência seja prejudicado ou postergado em razão do deslocamento ou atendimento da outra.

O requisito tem por finalidade assegurar agilidade, continuidade e efetividade na prestação dos serviços, especialmente nas situações em que houver necessidade de verificação presencial de sinais, alarmes, eventos ou demais ocorrências identificadas pela Central de Monitoramento, garantindo condições adequadas para a execução do objeto em todo o território municipal.

5.2. DA NECESSIDADE DE ESCRITÓRIO INSTALADO NO MUNICÍPIO DE JUÍNA/MT

Cabe à empresa contratada providenciar a instalação de escritório administrativo no Município de Juína/MT, haja vista a necessidade de disponibilização de estrutura física que funcione como ponto de apoio para a equipe responsável pela execução dos serviços, considerando a necessidade de manutenção de profissionais em regime de prontidão, realização de rondas e atendimento às ocorrências durante a execução contratual.

A instalação de escritório no Município mostra-se necessária, ainda, para o adequado armazenamento, disponibilização, manutenção e suporte dos equipamentos e demais aparelhagens utilizadas na execução dos serviços, bem como para possibilitar maior agilidade na mobilização da equipe diante das ocorrências.

Este documento foi assinado eletronicamente e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/portal/prefjuina/assinatura> e informe o código a96aea86-97af-4b04-a928-9a6da2c916ea, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



Considerando que os serviços deverão ser prestados tanto na zona urbana quanto na zona rural do Município de Juína/MT, a existência de estrutura de apoio local contribuirá diretamente para a redução do tempo de deslocamento das equipes e, consequentemente, para a obtenção de maior celeridade no atendimento das ocorrências, especialmente aquelas que demandem intervenção presencial e resposta imediata.

A estrutura local também proporcionará melhores condições para a organização e o acompanhamento das equipes, realização das rondas, comunicação com os profissionais em campo e adoção de providências necessárias ao pronto atendimento das demandas surgidas durante a execução contratual.

Ressalta-se que a exigência não tem por finalidade restringir a participação de empresas sediadas em outros municípios, mas assegurar que a empresa vencedora disponha, durante a execução do contrato, de estrutura operacional compatível com as características e necessidades do serviço. Dessa forma, a exigência está diretamente relacionada às condições de execução do objeto e à necessidade de garantir a continuidade, eficiência e tempestividade dos serviços contratados.

A medida encontra respaldo nos princípios da eficiência, do planejamento e da busca pela adequada satisfação do interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021, bem como na necessidade de que os requisitos estabelecidos pela Administração sejam compatíveis e pertinentes às características do objeto contratado.

Nesse sentido, a exigência de escritório administrativo no Município de Juína/MT justifica-se pela necessidade de garantir ponto de apoio à equipe, disponibilidade operacional, maior agilidade nas rondas e no atendimento das ocorrências, suporte aos equipamentos utilizados, redução do tempo de resposta e maior facilidade de comunicação entre a equipe operacional e a empresa contratada, especialmente diante da necessidade de atendimento das áreas urbana e rural do Município.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Conforme dispõe o inciso V do § 1º do Art. 18 da Lei n. 14.133/2021, bem como o Art. 9º, inciso III, o levantamento de mercado consiste na prospecção e análise das alternativas de possíveis soluções, podendo ser considerado as seguintes opções:

- a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, bem como por organizações privadas, no contexto nacional ou internacional, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração;
- b) ser realizada audiência e/ou consulta pública, preferencialmente na forma eletrônica, para coleta de contribuições;
- c) em caso de possibilidade de compra, locação de bens ou do acesso a bens, ser avaliados os custos e os benefícios de cada opção para escolha da alternativa mais vantajosa, prospectando-se arranjos inovadores em sede de economia circular;
- d) ser consideradas outras opções logísticas menos onerosas à Administração, tais como chamamentos públicos de doação e permutas.

Na busca do melhor preço, a Administração Pública sempre busca utilizar preços públicos, desde que esteja dentro dos requisitos de cada bem e serviço a ser licitado, principalmente para seguir a legalidade, conforme a Resolução de Consulta nº 20/2016 do TCE/MT. Ocorre que alguns serviços, por características peculiares, não é possível encontrar preços praticados por entes públicos, pelo que se utilizam preços de potenciais fornecedores para chegar ao preço médio dos itens a serem licitados.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



Logo, considerando-se, tratar de serviços comuns, que são facilmente encontrados no mercado, há muitas opções de mercado diferenciadas para essa contratação, o que abre uma ampla concorrência para possíveis fornecedores.

7. ESCOLHA DA SOLUÇÃO

O quadro abaixo representa, de forma ilustrativa, duas sugestões, dentre várias possíveis, de sistematizar as informações das soluções pesquisadas para subsidiar a avaliação para o atendimento da demanda em análise, detalhando a comparação de vantagens (pontos fortes) e desvantagens (riscos, limitações, problemas) referentes à adoção de cada solução ou como cada uma delas cumpre ou descumpe os requisitos da contratação.

Quadro comparativo:

Soluções	Vantagens (pontos fortes)	Desvantagens (riscos, limitações, problemas)
Solução 1: Processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, pelo sistema Registro de Preços, via critério de julgamento de menor preço por lote.	• Cumprimento dos requisitos legais para contratação de empresa que fornecem os itens solicitados. • Maior competitividade e transparência no processo de aquisição/contratação dos itens. • Possibilidade de proposta mais vantajosas à Administração Pública através de descontos que podem ser ofertados durante o certame.	• Tempo necessário aos ritos para aquisição/contratação dos itens via licitação.
Solução 2: Execução dentro dos contratos de contratação dos serviços solicitados.	• Maior agilidade pela não exigência dos ritos para contratação via licitação.	• Possibilidade de questionamento de órgãos de controle por não licitar contrato específicos para aquisições/contratações desta monta. • Restrição de competitividade. • Possibilidade de extrapolação do limite de reprogramação dos contratos de aquisição/contratação devido a monta do empreendimento.

Deste modo, considerando o exposto acima, após análise comparativa, infere-se que a **solução 1** seja a mais adequada por ficar demonstrado a possibilidade de maior desconto nos preços a serem ofertados pelas licitantes, promoção da competitividade, sem transfiguração de espoco dos contratos existentes.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Após a análise das alternativas disponíveis e considerando os aspectos de viabilidade técnica e econômica, conclui-se que a solução mais vantajosa para o atendimento da necessidade da Administração consiste na realização de procedimento licitatório, na

Este documento foi assinado eletronicamente e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/portal/prefjuinamt/#/assinatura> e informe o código a96aea86-97af-4b04-a928-9a6da2c916ea, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



modalidade Pregão Eletrônico, mediante utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP), com adoção do critério de julgamento de menor preço por lote.

A escolha do Pregão Eletrônico justifica-se pelo fato de o objeto possuir natureza de serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no instrumento convocatório por meio de especificações usuais de mercado, possibilitando a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, em observância aos princípios da eficiência, economicidade, isonomia e competitividade.

A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada em razão da existência de demanda compartilhada entre diferentes órgãos da Administração Municipal, os quais poderão figurar como órgãos participantes, cabendo à Prefeitura, na condição de órgão gerenciador, a condução do procedimento licitatório e o gerenciamento da respectiva Ata de Registro de Preços.

Considerando o caráter abrangente e o interesse comum dos órgãos participantes, a utilização do SRP possibilita a realização de uma contratação planejada e centralizada, com o registro dos preços e das condições para a futura contratação dos serviços, evitando a realização de procedimentos licitatórios independentes para atendimento de necessidades de natureza semelhante. Tal sistemática contribui para a padronização das contratações, a redução de custos administrativos, a racionalização dos recursos públicos, o ganho de escala e o aumento da eficiência da Administração.

A contratação, nesse contexto, será precedida da formalização da Ata de Registro de Preços, instrumento destinado ao registro dos preços, fornecedores, condições e quantitativos estimados, não se confundindo com o instrumento contratual destinado à efetiva prestação dos serviços. A utilização da Ata permitirá que os órgãos participantes formalizem as contratações decorrentes conforme a necessidade e o planejamento de cada unidade, observadas as condições estabelecidas no edital, na própria Ata e na legislação aplicável.

Ressalta-se que o objeto possui natureza de serviço continuado, uma vez que sua necessidade se prolonga no tempo e sua interrupção poderá comprometer a adequada execução das atividades administrativas atendidas. Dessa forma, a vigência da Ata de Registro de Preços não se confunde com a vigência dos contratos dela decorrentes. Uma vez formalizada a contratação, o respectivo contrato administrativo deverá estabelecer prazo, condições de execução, obrigações das partes, critérios de pagamento e demais disposições necessárias à continuidade da prestação dos serviços, observados os requisitos legais e a disponibilidade orçamentária.

Assim, eventual continuidade da prestação após o período de vigência da Ata deverá ser examinada à luz do contrato decorrente e da legislação aplicável, não decorrendo automaticamente da existência ou da prorrogação da Ata de Registro de Preços. A formalização e eventual prorrogação dos contratos deverão observar as condições previstas no instrumento convocatório, a manutenção da vantajosidade, a disponibilidade orçamentária e os demais requisitos legais pertinentes.

Dessa forma, a adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se compatível com o planejamento da Administração, especialmente diante da existência de órgão gerenciador e de órgãos participantes com necessidades comuns, permitindo a centralização do procedimento, a padronização das condições de contratação, a obtenção de maior eficiência administrativa e a racionalização dos recursos públicos, sem prejuízo da posterior formalização dos instrumentos contratuais necessários à efetiva prestação continuada dos serviços.

Conclui-se, portanto, que a solução proposta apresenta-se como a alternativa mais adequada sob os aspectos técnico, operacional e econômico, devendo sua implementação observar integralmente as disposições da legislação de licitações e contratos administrativos



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



aplicável, bem como as condições estabelecidas no edital, na Ata de Registro de Preços e nos contratos dela decorrentes.

9. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

A descrição dos itens e estimativa de quantidades conforme solicitação das Secretarias demandantes e órgão participantes encontra-se no quadro abaixo:

Seq.	Código	Itens	Unidade	Quantidade
1	489044	MONITORAMENTO DE PRÉDIO PÚBLICO COM COMODATO DE EQUIPAMENTO, CONTENDO: KIT DE 01 A 08 CAMERAS RESOLUÇÃO IP, GRAVADOR DE IMAGEM COMPATÍVEL COM CAMERAS IP, COM SISTEMA DE ALARME E CIRCUITO FECHADO VIA RÁDIOFREQUÊNCIA E INTERNET, COM RONDAS PREVENTIVAS E ATENDIMENTO EMERGENCIAL; E 01 À 08 SENSORES (INSTALAÇÃO DE SENSORES DE TEMPERATURA EM PONTOS ESPECÍFICOS, QUANDO SOLICITADO PELA ADMINISTRAÇÃO), SUPORTA SISTEMA INTELIGENTE STAYED, ATÉ 15 ZONAS DE TECLADO, EXPANSÃO BUS 4 FIOS, EXPANDE ATÉ 32 ZONAS, EXPANDE ATÉ 10 PGMS, 03 PARTIÇÕES, 32 USUÁRIOS, SUPORTA RECEPTOR E TRANSMISSOR, SUPORTA SÉRIE PCS, SUPORTA MÓDULO GPRS/IP, SUPORTA MÓDULO DE VOZ VDMPP3, FIRMWARE ATUALIZÁVEL PELO SOFTWARE CONEXÃO DIRETA E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS, INCLUSO INSTALAÇÃO E MANUTENÇÕES.	mes	276,00
2	489045	MONITORAMENTO DE PRÉDIO PÚBLICO COM COMODATO DE EQUIPAMENTO, CONTENDO: KIT DE 09 A 16 CAMERAS RESOLUÇÃO IP, GRAVADOR DE IMAGEM COMPATÍVEL COM CAMERAS IP; COM SISTEMA DE ALARME E CIRCUITO FECHADO VIA RÁDIOFREQUÊNCIA E INTERNET, COM RONDAS PREVENTIVAS E ATENDIMENTO EMERGENCIAL; E 09 À 16 SENSORES (INSTALAÇÃO DE SENSORES DE TEMPERATURA EM PONTOS ESPECÍFICOS, QUANDO SOLICITADO PELA ADMINISTRAÇÃO), SUPORTA SISTEMA INTELIGENTE STAYED, ATÉ 15 ZONAS DE TECLADO, EXPANSÃO BUS 4 FIOS, EXPANDE ATÉ 32 ZONAS, EXPANDE ATÉ 10 PGMS, 03 PARTIÇÕES, 32 USUÁRIOS, SUPORTA RECEPTOR E TRANSMISSOR, SUPORTA SÉRIE PCS, SUPORTA MÓDULO GPRS/IP, SUPORTA MÓDULO DE VOZ VDMPP3, FIRMWARE ATUALIZÁVEL PELO SOFTWARE CONEXÃO DIRETA E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS, INCLUSO INSTALAÇÃO E MANUTENÇÕES.	mes	156,00
3	489046	MONITORAMENTO DE PRÉDIO PÚBLICO COM COMODATO DE EQUIPAMENTO, CONTENDO: KIT DE 17 A 32 CAMERAS RESOLUÇÃO IP, GRAVADOR DE IMAGEM COMPATÍVEL COM CAMERAS IP; COM SISTEMA DE ALARME E CIRCUITO FECHADO VIA RÁDIOFREQUÊNCIA E INTERNET, COM RONDAS PREVENTIVAS E ATENDIMENTO EMERGENCIAL; E 17 À 32 SENSORES (INSTALAÇÃO DE SENSORES DE TEMPERATURA EM PONTOS ESPECÍFICOS, QUANDO SOLICITADO PELA ADMINISTRAÇÃO), SUPORTA SISTEMA INTELIGENTE STAYED, ATÉ 15 ZONAS DE TECLADO, EXPANSÃO BUS 4 FIOS, EXPANDE ATÉ 32 ZONAS, EXPANDE ATÉ 10 PGMS, 03 PARTIÇÕES, 32 USUÁRIOS, SUPORTA RECEPTOR E TRANSMISSOR, SUPORTA SÉRIE PCS, SUPORTA MÓDULO GPRS/IP, SUPORTA MÓDULO DE VOZ VDMPP3, FIRMWARE ATUALIZÁVEL PELO SOFTWARE CONEXÃO DIRETA E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS, INCLUSO INSTALAÇÃO E MANUTENÇÕES.	mes	252,00
4	489042	MONITORAMENTO DE PRÉDIO PÚBLICO COM SISTEMA DE ALARME E CIRCUITO FECHADO VIA RÁDIOFREQUÊNCIA E INTERNET, COM RONDAS PREVENTIVAS E ATENDIMENTO EMERGENCIAL E DISPONIBILIZAÇÃO DE 01 À 08 SENSORES (INSTALAÇÃO DE SENSORES DE TEMPERATURA EM PONTOS ESPECÍFICOS, QUANDO SOLICITADO PELA ADMINISTRAÇÃO). DEVENDO A LICITANTE FORNECER OS SEGUINTE EQUIPAMENTOS EM REGIME DE COMODATO: DESCRITIVO DOS EQUIPAMENTOS: 6 ENTRADAS DE ZONA (32 COM ATZ) NA PLACA, 2PGM - MÍNIMO - (AUTOMAÇÃO), SUPORTA O SISTEMA INTELIGENTE STAYD, SUPORTA MÓDULO GPRS/IP, EXPANSÍVEL A 32 ZONAS, EXPANSÍVEL A 16 PGMS, 32 CÓDIGOS DE USUÁRIOS E 2 PARTIÇÕES, SUPORTA DISCADOR DE VOZ VDMPP3, FIRMWARE ATUALIZÁVEL ATRAVÉS DO SOFTWARE, MENU DE PROGRAMAÇÃO PARA CÓDIGO DE INSTALADOR MASTER E DE MANUTENÇÃO, DISCAGEM PARA MÚLTIPLOS NÚMEROS TELEFÔNICOS: 3 PARA CENTRAL DE MONITORAMENTO, 5 PARA DISCAGEM PESSOAL E 1 PARA PAGER, AJUSTE AUTOMÁTICO DO HORÁRIO DE VERÃO E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS, INCLUSO INSTALAÇÃO E MANUTENÇÕES.	mes	372,00
5	489043	MONITORAMENTO DE PRÉDIO PÚBLICO COM SISTEMA DE ALARME E CIRCUITO FECHADO VIA RÁDIOFREQUÊNCIA E INTERNET, COM RONDAS	mes	60,00

66



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



		PREVENTIVAS E ATENDIMENTO EMERGENCIAL E DISPONIBILIZAÇÃO DE 09 À 16 SENSORES (INSTALAÇÃO DE SENSORES DE TEMPERATURA EM PONTOS ESPECÍFICOS, QUANDO SOLICITADO PELA ADMINISTRAÇÃO). DEVENDO A LICITANTE FORNECER OS SEGUINTE EQUIPAMENTOS EM REGIME DE COMODATO: DESCRITIVO DOS EQUIPAMENTOS: 6 ENTRADAS DE ZONA (32 COM ATZ) NA PLACA, 2PGM – MÍNIMO - (AUTOMAÇÃO), SUPORTA O SISTEMA INTELIGENTE STAYD, SUPORTA MODULO GPRS/IP, EXPANSÍVEL A 32 ZONAS, EXPANSÍVEL A 16 PGMS, 32 CÓDIGOS DE USUÁRIOS E 2 PARTIÇÕES, SUPORTA DISCADOR DE VOZ VDMP3, FIRMWARE ATUALIZÁVEL ATRAVÉS DO SOFTWARE, MENU DE PROGRAMAÇÃO PARA CÓDIGO DE INSTALADOR MASTER E DE MANUTENÇÃO, DISCAGEM PARA MÚLTIPLOS NÚMEROS TELEFÔNICOS: 3 PARA CENTRAL DE MONITORAMENTO, 5 PARA DISCAGEM PESSOAL E 1 PARA PAGER, AJUSTE AUTOMÁTICO DO HORÁRIO DE VERÃO E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS, INCLUSO INSTALAÇÃO E MANUTENÇÕES.		
6	489041	MONITORAMENTO DE PRÉDIO PÚBLICO COM SISTEMA DE ALARME E CIRCUITO FECHADO VIA RÁDIOFREQUÊNCIA E INTERNET, COM RONDAS PREVENTIVAS E ATENDIMENTO EMERGENCIAL E DISPONIBILIZAÇÃO DE 17 À 32 SENSORES (INSTALAÇÃO DE SENSORES DE TEMPERATURA EM PONTOS ESPECÍFICOS, QUANDO SOLICITADO PELA ADMINISTRAÇÃO). DEVENDO A LICITANTE FORNECER OS SEGUINTE EQUIPAMENTOS EM REGIME DE COMODATO: DESCRITIVO DOS EQUIPAMENTOS: 6 ENTRADAS DE ZONA (32 COM ATZ) NA PLACA, 2PGM – MÍNIMO - (AUTOMAÇÃO), SUPORTA O SISTEMA INTELIGENTE STAYD, SUPORTA MODULO GPRS/IP, EXPANSÍVEL A 32 ZONAS, EXPANSÍVEL A 16 PGMS, 32 CÓDIGOS DE USUÁRIOS E 2 PARTIÇÕES, SUPORTA DISCADOR DE VOZ VDMP3, FIRMWARE ATUALIZÁVEL ATRAVÉS DO SOFTWARE, MENU DE PROGRAMAÇÃO PARA CÓDIGO DE INSTALADOR MASTER E DE MANUTENÇÃO, DISCAGEM PARA MÚLTIPLOS NÚMEROS TELEFÔNICOS: 3 PARA CENTRAL DE MONITORAMENTO, 5 PARA DISCAGEM PESSOAL E 1 PARA PAGER, AJUSTE AUTOMÁTICO DO HORÁRIO DE VERÃO E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS, INCLUSO INSTALAÇÃO E MANUTENÇÕES.	mes	108,00
7	489201	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESINSTALAÇÃO E INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO POR CÂMERAS (CFTV) EM EDIFÍCIOS, CONTEMPLANDO SISTEMAS COM 01 A 08 CÂMERAS, 01 A 08 SENSORES E SENSORES DE TEMPERATURA, COM FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL NECESSÁRIO À EXECUÇÃO COMPLETA DOS SERVIÇOS.	un	18,00
8	489202	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESINSTALAÇÃO E INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO POR CÂMERAS (CFTV) EM EDIFÍCIOS, CONTEMPLANDO SISTEMAS COM 09 A 16 CÂMERAS, 09 A 16 SENSORES E SENSORES DE TEMPERATURA, COM FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL NECESSÁRIO À EXECUÇÃO COMPLETA DOS SERVIÇOS.	un	18,00
9	489203	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESINSTALAÇÃO E INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO POR CÂMERAS (CFTV) EM EDIFÍCIOS, CONTEMPLANDO SISTEMAS COM 17 A 32 CÂMERAS, 17 A 32 SENSORES E SENSORES DE TEMPERATURA, COM FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL NECESSÁRIO À EXECUÇÃO COMPLETA DOS SERVIÇOS.	un	18,00

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A fim de realizar o levantamento do eventual gasto com a solução escolhida, considerando a necessidade em definir um valor justo e econômico para a Administração Pública, estima-se que a contratação pretendida terá aproximadamente o valor de **R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)**.

11. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

A contratação será realizada por lote, não sendo tecnicamente viável o parcelamento do objeto em itens ou contratações independentes. A execução dos serviços que compõem o lote apresenta interdependência operacional, demandando coordenação, padronização e uniformidade na prestação dos serviços, de modo a assegurar a continuidade, a eficiência e a adequada gestão contratual.

O agrupamento dos serviços em lotes também permite maior racionalização da fiscalização e do acompanhamento contratual, evitando a fragmentação da execução entre



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



diversos fornecedores e reduzindo os riscos de incompatibilidade de procedimentos, falhas de comunicação e dificuldades na definição de responsabilidades.

Dessa forma, o parcelamento do objeto em contratações distintas poderia comprometer a eficiência da execução e a adequada prestação dos serviços, além de aumentar a complexidade administrativa e operacional da contratação. Assim, optou-se pela contratação por lote, considerando a natureza integrada e a interdependência dos serviços que o compõem, não sendo recomendado o seu parcelamento em itens independentes.

A contratação em lote único mostra-se tecnicamente e administrativamente mais adequada a presente demanda, considerando a necessidade de integração plena entre os sistemas de alarme, CFTV, monitoramento remoto, manutenção preventiva e corretiva.

A eventual divisão do objeto por itens ou por tipos de serviços poderia comprometer a eficiência da execução contratual, especialmente em razão da necessidade de compatibilidade técnica entre equipamentos, softwares, infraestrutura, central de monitoramento e serviços de suporte, além de dificultar a definição de responsabilidades em casos de falhas, indisponibilidades ou ocorrências relacionadas à segurança das unidades atendidas.

A execução por múltiplas contratadas poderia gerar riscos operacionais relevantes, tais como incompatibilidade entre sistemas, dificuldades de integração tecnológica, conflitos de responsabilidade técnica, aumento do tempo de resposta para manutenção e suporte, bem como prejuízos à continuidade do monitoramento eletrônico, especialmente em unidades sensíveis como a Casa Abrigo, que exige funcionamento contínuo e elevado padrão de segurança.

Além disso, a contratação em lote único proporciona maior eficiência administrativa, simplificação da gestão e fiscalização contratual, padronização tecnológica dos sistemas, otimização dos procedimentos de manutenção e suporte técnico, além de maior celeridade no atendimento de ocorrências e falhas operacionais.

Sob o aspecto econômico, a contratação integrada tende a proporcionar maior vantajosidade para a Administração Pública, considerando a economia de escala, a redução de custos operacionais e administrativos e a possibilidade de obtenção de solução completa e compatível entre si, evitando gastos adicionais decorrentes de integrações futuras ou incompatibilidades técnicas.

Dessa forma, conclui-se que a adoção do lote único atende ao interesse público, mostra-se tecnicamente justificável e adequada à natureza integrada, contínua e estratégica dos serviços contratados, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INDEPENDENTES

Não serão necessárias contratações correlatas, uma vez que não guardarem relação direta na execução do objeto.

13. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A Administração almeja com a presente contratação atender aos princípios da economicidade, eficiência, eficácia e o melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, com respeito a impactos ambientais e financeiros positivos, buscando os seguintes resultados:

Este documento foi assinado eletronicamente e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/portal/prefjuinamt/#/assinatura> e informe o código a96aea86-97af-4b04-a928-9a6da2c916ea, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



a) Contratar o(s) item(ns) pretendido(s) em consonância com os princípios do interesse público e da vantajosidade para a Administração, com qualidade que atende as especificações e exigências descritas neste Estudo, assim como no Termo de Referência;

b) Assegurar a vigilância permanente dos prédios públicos, reduzindo significativamente os riscos de furtos, roubos, invasões, vandalismo, depredações e demais ocorrências que possam causar prejuízos ao patrimônio público, proporcionando maior segurança aos bens móveis, equipamentos, documentos e instalações pertencentes ao Município;

c) Garantir o monitoramento contínuo dos sistemas de segurança, com identificação imediata de eventos e acionamento do técnico externo de sistema eletrônico de segurança para verificação *in loco*, reduzindo o tempo de resposta às ocorrências e aumentando a efetividade das ações preventivas e corretivas;

d) Contribuir para a manutenção do funcionamento regular das unidades administrativas, evitando interrupções decorrentes de danos ao patrimônio, furtos ou atos de vandalismo, assegurando melhores condições de trabalho aos servidores e maior segurança aos cidadãos que utilizam os serviços públicos municipais;

e) Reduzir os custos decorrentes de perdas patrimoniais, despesas com reparos, reposição de equipamentos e recuperação de estruturas danificadas, além de proporcionar maior eficiência na gestão da segurança patrimonial por meio de monitoramento remoto integrado, com atendimento especializado sob demanda, em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e interesse público previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

14. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Para viabilizar a adequada execução do objeto, a Administração deverá adotar previamente as seguintes providências:

a) Realizar a validação dos quantitativos e dos valores estimados para a contratação dos serviços de monitoramento eletrônico, incluindo a conferência das quantidades previstas para cada unidade administrativa, bem como dos valores obtidos por meio de pesquisa de preços e dos parâmetros adotados pela Administração;

b) Verificar a disponibilidade orçamentária e financeira para a execução da contratação, assegurando a existência de recursos suficientes para atender às despesas decorrentes da futura ata de registro de preços e dos contratos dela provenientes;

c) Designar servidor(es) ou equipe responsável pela gestão e fiscalização contratual, incumbidos do acompanhamento da execução dos serviços de monitoramento, da desinstalação e instalação dos equipamentos, da verificação das rondas preventivas e do registro das ocorrências;

d) Disponibilizar à contratada todas as informações necessárias para a execução dos serviços, incluindo a identificação dos imóveis atendidos, os locais de instalação dos equipamentos, as características das unidades e as demais especificações técnicas constantes do Termo de Referência;

e) Garantir o acesso da contratada aos prédios públicos e aos imóveis locados pelo Município, assegurando as condições necessárias para a instalação, a desinstalação, a manutenção e o monitoramento dos sistemas eletrônicos de segurança;

f) Providenciar, quando necessário, as autorizações internas e os procedimentos administrativos indispensáveis à execução dos serviços, garantindo a comunicação entre a contratada e os órgãos participantes da contratação;



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



g) Formalizar o procedimento licitatório, a ata de registro de preços e os instrumentos contratuais decorrentes, observando os requisitos estabelecidos na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis ao processo.

15. IMPACTOS AMBIENTAIS E CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

A CONTRATADA deverá observar e cumprir integralmente a legislação ambiental vigente e as normas aplicáveis à execução do objeto, adotando, durante a prestação dos serviços, medidas destinadas à prevenção, redução e mitigação dos impactos ambientais decorrentes das atividades de instalação, desinstalação, manutenção, substituição, transporte e operação dos sistemas eletrônicos de segurança.

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente previstos na descrição do objeto, deverão ser observadas, sempre que aplicáveis, as diretrizes estabelecidas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, especialmente quanto à utilização racional dos recursos, à redução da geração de resíduos e à adoção de práticas que minimizem os impactos ambientais decorrentes da execução contratual.

Na execução dos serviços, a CONTRATADA deverá, preferencialmente:

- Utilizar equipamentos e componentes que apresentem eficiência energética e baixo consumo de energia, sempre que tecnicamente compatíveis com as necessidades da contratação;
- Adotar medidas para reduzir o consumo desnecessário de energia elétrica durante a instalação e operação dos sistemas;
- Utilizar materiais, equipamentos e componentes adequados às normas técnicas e ambientais aplicáveis, priorizando, quando possível, soluções de maior durabilidade e eficiência;
- Evitar a geração desnecessária de resíduos durante as atividades de instalação, desinstalação e manutenção dos sistemas;
- Realizar a segregação, acondicionamento, armazenamento, transporte e destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados na execução dos serviços;
- Assegurar a destinação adequada de resíduos eletroeletrônicos, componentes, equipamentos, cabos, baterias e demais materiais que, em razão de suas características, não possam ser descartados juntamente com os resíduos comuns;
- Adotar, quando aplicável, sistemas de logística reversa para equipamentos, componentes, baterias e demais produtos sujeitos à logística reversa nos termos da legislação vigente;
- Priorizar o reaproveitamento, a reutilização ou a reciclagem de materiais, quando tecnicamente e ambientalmente viável;
- Adotar medidas destinadas à redução dos impactos ambientais decorrentes do transporte e deslocamento das equipes, equipamentos e materiais necessários à execução dos serviços; e
- Observar as normas de segurança e os procedimentos adequados para o manuseio, transporte e descarte de materiais e componentes eletrônicos.

A CONTRATADA será responsável pela adequada gestão dos resíduos decorrentes das atividades executadas no âmbito do contrato, devendo evitar o descarte irregular de materiais, equipamentos ou componentes eletrônicos em locais inadequados.

Sempre que houver substituição, retirada ou desinstalação de equipamentos pertencentes à CONTRATADA ou fornecidos para execução dos serviços, caberá à empresa adotar as providências necessárias para sua destinação ambientalmente adequada,

Este documento foi assinado eletronicamente e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/portal/prefjuinamt/#/assinatura> e informe o código a96aea86-97af-4b04-a928-9a6da2c916ea, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



observada a legislação aplicável e, quando pertinente, a responsabilidade compartilhada e os mecanismos de logística reversa.

As práticas de sustentabilidade deverão ser adotadas de forma compatível com a natureza e as características dos serviços contratados, sem prejuízo da qualidade, segurança, continuidade e eficiência do monitoramento eletrônico de segurança.

O descumprimento das obrigações ambientais e dos critérios de sustentabilidade estabelecidos neste instrumento poderá ensejar a aplicação das sanções previstas no contrato e na legislação vigente, assegurados à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

16. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Após a elaboração do presente ETP como também de análise acerca da vantagem da contratação pretendida, foi verificada a viabilidade, levando-se em consideração os elementos técnicos que a justificam, estando adequada para atender a demanda e a necessidade pleiteada.

A modalidade de licitação deverá ser Pregão Eletrônico, cujo tipo mostrou-se mais adequado ao tipo de escopo, quantidade de itens e valor estimado para intervenção.

Tendo em vista a análise de todas as condicionantes levantadas no presente documento para a contratação pretendida, deferimos como procedente a viabilidade desse empreendimento.

Juína/MT, 01 de julho de 2026.

Solicitante:

(assinado eletronicamente)

VALDOIR ANTÔNIO PEZZINI

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA: 4.986/2022

(assinado eletronicamente)

ALESSANDRA ETORE MALDONADO FERREIRA

PRESIDENTE – CÂMARA MUNICIPAL DE JUÍNA

(assinado eletronicamente)

EDUARDO RODRIGUES DA SILVA

DIRETOR GERAL DO DAES

PORTARIA Nº 8.279/2024

Elaborado por:

(assinado eletronicamente)

VICTOR GABRIEL LOPES PEDREIRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

Este documento foi assinado eletronicamente e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/porta/prefjuinamt#/assinatura> e informe o código a96aea86-97af-4b04-a928-9a6da2c916ea, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

Nome Fantasia:	
Razão Social:	
CNPJ:	Optante pelo SIMPLES? (Sim/Não)
Inscrição Estadual:	
Inscrição Municipal:	
Endereço:	
Bairro:	Cidade:
CEP:	E-mail:
Telefone:	
Banco:	
Nome e nº da Agência:	
Conta Bancária:	
Contato do Setor Responsável pelo recebimento das Ordens de Fornecimento/Serviço:	
E-mail:	
Telefone:	
Responsável:	

LOTE ÚNICO

Seq.	Código	Item(ns)	Un.	Qtde.	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$

VALOR TOTAL POR EXTENSO:

Declaramos que examinamos, conhecemos e nos submetemos a todas as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como verificamos todas as especificações nele contidas, não havendo qualquer discrepância entre quaisquer informações e/ou documentos que dele fazem parte, e estamos cientes de todas as condições que possam de qualquer forma influir nos custos, assim como de qualquer despesa relativa à realização integral de seu objeto, assumindo total responsabilidade pelas informações, erros ou omissões existentes nesta proposta.

Declaramos, ainda, que estão incluídos no preço proposto todas as despesas relacionadas com o objeto do Edital, como impostos, fretes, seguros, taxas, encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais, gastos com transportes, prêmios de seguros e outras despesas decorrentes de exigência legal.

A validade da presente proposta é de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

Local e data.

Assinatura e carimbo
(representante legal)

Observação: Elaborar preferencialmente em papel timbrado da licitante, devidamente assinado por seu representante legal/preposto.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



ANEXO III

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026

MODELO PREFERENCIAL DE PROCURAÇÃO

Pela presente procuração e na melhor forma de direito o(a)(s) OUTORGANTE(S), _____, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador(a) da Cédula de Identidade n.º _____, ____/____, e inscrito(a) no CPF/MF sob o n.º _____, residente e domiciliado(a) na (Rua, Avenida, Travessa), n.º _____, Bairro _____, no Município de _____-(UF), nomeia(m) e constitui(em) seu(s) bastante(s) procurador(es) o(s) OUTORGADO(S), _____, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador(a) da Cédula de Identidade n.º _____, ____/____, e inscrito(a) no CPF/MF sob o n.º _____, residente e domiciliado(a) na (Rua, Avenida, Travessa), n.º _____, Bairro _____, no Município de _____(UF), a quem confere poderes amplos, gerais ilimitados, irrevogáveis e irretratáveis, para o fim especial único de representar o OUTORGANTE em todas as fases do Pregão Eletrônico n.º 035/2026, a ser realizada pelo Poder Executivo do Município de Juína/MT, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO DE SISTEMAS ELETRÔNICOS DE SEGURANÇA, COM MONITORAMENTO REMOTO 24 (VINTE E QUATRO) HORAS DOS PRÉDIOS PÚBLICOS E/OU IMÓVEIS LOCADOS PELO MUNICÍPIO, MEDIANTE TRANSMISSÃO DE SINAIS POR RADIOFREQUÊNCIA E INTERNET, DE FORMA REDUNDANTE, INCLUINDO RONDAS PREVENTIVAS E INSPEÇÃO TÉCNICA EXTERNA, QUANDO NECESSÁRIA, MEDIANTE DESLOCAMENTO DE TÉCNICO EXTERNO DE SISTEMA ELETRÔNICO DE SEGURANÇA PARA INSPEÇÃO, VERIFICAÇÃO E REGISTRO DE OCORRÊNCIAS, BEM COMO DESINSTALAÇÃO E INSTALAÇÃO DOS SISTEMAS, CONFORME DEMANDA DA ADMINISTRAÇÃO, ATENDENDO ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, DA CÂMARA MUNICIPAL E DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO – DAES, NA QUALIDADE DE ÓRGÃOS PARTICIPANTES, DO MUNICÍPIO DE JUÍNA, ESTADO DE MATO GROSSO**, podendo, para tanto, manifestar-se a respeito do procedimento mencionado acima, ofertar lances e recorrer na forma da lei, bem como atuar e praticar todos os atos necessários em todas as fases do procedimento licitatório; representar o OUTORGANTE perante repartições públicas em geral, especialmente, podendo requerer, alegar e assinar o que convier, concordar, discordar, prestar declarações e informações, juntar e retirar documentos, fazer acertos e firmar compromissos, ceder e transferir, passar direitos de contratos públicos ou particulares, efetuar pactos e assinar inclusive outros documentos que sejam necessários, em nome do OUTORGANTE, enfim, praticar, todos os demais atos necessários e indispensáveis ao bom e fiel desempenho do presente mandato, inclusive substabelecer, que o OUTORGANTE dará e haverá por bom, firme e valioso. Enfim, podendo, para tanto, exercer todos os atos necessários, judiciais e extrajudiciais, para o fiel cumprimento do presente mandato no que diz respeito aos interesses do OUTORGANTE.

Local e data.

Assinatura
(Outorgante)

Observação: Elaborar preferencialmente em papel timbrado da licitante, devidamente assinado por seu representante legal/preposto.

73



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO ME E EPP

A Signatária _____, CNPJ/MF n.º _____, neste ato representada pelo(a) Sr(a). _____, RG n.º _____ CPF/MF n.º _____, residente e domiciliado(a) no Município de _____, Estado de _____, em atenção à exigência contida no Pregão Eletrônico n.º 035/2026, **DECLARA** por seu representante legal infra-assinado, para os devidos fins e sob as penalidades da Lei, que a empresa mencionada acima está enquadrada como _____ (MICROEMPRESA-ME/EMPRESA DE PEQUENO PORTE-EPP) e cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º, da Lei Complementar Federal n.º 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos seus arts. 42 a 49.

DECLARA que a empresa está excluída das vedações constantes do §4º, do art. 3º, da Lei Complementar Federal n.º 123/2006.

DECLARA, ainda, que não celebrei neste ano-calendário, contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos §2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Local e data.

Assinatura e carimbo
(representante legal)

Observação: Elaborar preferencialmente em papel timbrado da licitante, devidamente assinado por seu representante legal/preposto.

74



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



ANEXO V

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026

DECLARAÇÃO DE QUALIDADE AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Para fins de participação no Pregão Eletrônico n.º 035/2026, a empresa (NOME COMPLETO DA PROPONENTE) _____, CNPJ nº _____, sediado(a) _____ (ENDEREÇO COMPLETO), **DECLARA**, sob as penas da Lei, notadamente o compromisso e responsabilidade com a Sustentabilidade Ambiental exigido para habilitação no edital do referido certame licitatório conforme previsto no artigo 5º e 6º da Instrução Normativa N.º 01, de 19 de Janeiro de 2010, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

Local e data.

Assinatura e carimbo
(representante legal)

Este documento foi assinado eletronicamente e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/portal/prefjuinamt#/assinatura> e informe o código a96aea86-97af-4b04-a928-9a6da2c916ea, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.

Observação: Elaborar preferencialmente em papel timbrado da licitante, devidamente assinado por seu representante legal/preposto.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



ANEXO VI

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026

MODELO DE ATESTADO DE VISTORIA

ATESTO, para fins de habilitação no certame do Pregão Eletrônico n.º 035/2026, realizado pelo Poder Executivo do Município de Juína/MT, que o Sr(a) _____, portador(a) do RG nº _____ e do CPF Nº _____ se apresentou como Representante Legal/Responsável Técnico da empresa, _____, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____, na data de ____/____/ 2026, vistoriou e tomou conhecimento das condições locais onde será executado o objeto do certame mencionado acima, recebendo todas as informações necessárias e suficientes, bem como os documentos, para o cumprimento das obrigações e exigências inerentes a elaboração da proposta, referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 035/2026.

Sem mais para o momento, firmo o presente atestado para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Local e Data.

Nome e assinatura
(Técnico ou Servidor Designado)
Município de Juína/MT

Este documento foi assinado eletronicamente e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/portal/prefjuinamt#/assinatura> e informe o código a96aea86-97af-4b04-a928-9a6da2c916ea, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



ANEXO VII

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026

MODELO DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA

Pelo presente termo, a empresa _____ inscrita no CNPJ sob Nº _____, sediada a _____, na cidade _____, por intermédio do seu Representante Legal/Responsável Técnico _____, portador(a) da Carteira de Identidade RG nº _____ e do CPF Nº _____, em cumprimento às disposições do Edital do Pregão Eletrônico n.º 035/2026:

DECLARA, sob as penas da lei, ter conhecimento do serviço a ser prestado por meio do Edital e seus anexos, dispensando a necessidade da vistoria “*in loco*” prevista e facultada no Edital.

DECLARA, ainda, que se responsabiliza pela dispensa e por situações supervenientes, por ter conhecimento suficiente para executar os serviços com as informações constantes no Edital acima mencionado.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

Local e Data.

Assinatura
(representante legal/responsável técnico)

Observação: Elaborar preferencialmente em papel timbrado da licitante, devidamente assinado por seu representante legal/preposto.

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/portal/prefjuinamt#/assinatura> e informe o código a96aea86-97af-4b04-a928-9a6da2c916ea, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



ANEXO VIII

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026

MODELO DE DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE REGULARIZAÇÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na Av/Rua _____, neste ato representada por _____, portador(a) do CPF sob o nº _____, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº 035/2026, promovido pelo Município de Juína/MT, **DECLARA**, sob as penas da lei, que:

compromete-se a providenciar e apresentar a **Autorização para Funcionamento** e o **Certificado de Segurança**, expedidos pela Polícia Federal, devidamente válidos e compatíveis com a atividade objeto da contratação, em atendimento às exigências previstas nos itens 5.17.5.3 e 5.17.5.4 do Edital, observado o prazo de regularização previsto no art. 60 da Lei nº 14.967/2024.

DECLARA, ainda, estar ciente de que o cumprimento da obrigação acima constitui condição para a regularização exigida pelo Edital, sujeitando-se às consequências nele previstas e na legislação aplicável em caso de descumprimento.

Local e data.

Assinatura e carimbo
(representante legal)

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/portal/prefjuinamt#/assinatura> e informe o código a96aea86-97af-4b04-a928-9a6da2c916ea, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.

Observação: Elaborar preferencialmente em papel timbrado da licitante, devidamente assinado por seu representante legal/preposto.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



ANEXO IX

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026

DECLARAÇÃO DE EXECUÇÃO DO OBJETO, DISPONIBILIDADE DE ESTRUTURA OPERACIONAL, VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS, MEIOS DE COMUNICAÇÃO E PESSOAL

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na Av/Rua _____, neste ato representada por _____, portador(a) do CPF sob o nº _____, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº 035/2026, promovido pelo Município de Juína/MT, **DECLARA**, sob as penas da lei, que:

1. EXECUÇÃO DO OBJETO E DISPONIBILIDADE DE RECURSOS

Possui condições técnicas e operacionais para a execução do objeto licitado e disporá, no momento da contratação e durante toda a execução contratual, de estrutura operacional, veículos, equipamentos, meios de comunicação e profissionais em quantidade e qualificação suficientes e compatíveis com a adequada prestação dos serviços, observadas as condições e especificações estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e demais documentos da contratação.

DECLARA, ainda, que a estrutura disponibilizada e a execução dos serviços observarão as exigências estabelecidas na Lei nº 14.967/2024, no Decreto nº 13.012/2026 e nas demais normas legais, regulamentares e técnicas aplicáveis.

2. CORPO TÉCNICO

DECLARA que disponibilizará, quando da contratação e durante toda a execução contratual, profissionais em número suficiente e com qualificação compatível com as atividades a serem desempenhadas.

Relação dos profissionais:

Nome do Profissional	Função/Atividade	Qualificação

3. CAPACITAÇÃO – NR 10 E NR 35

DECLARA que os profissionais designados para a execução das atividades que exigem capacitação específica possuem a qualificação exigida pelas Normas Regulamentadoras aplicáveis, especialmente:

- **NR 10** – *Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade*, quando aplicável às atividades desempenhadas; e
- **NR 35** – *Trabalho em Altura*, quando aplicável às atividades desempenhadas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



Para comprovação da qualificação exigida no Edital, acompanham esta declaração os respectivos certificados de capacitação em **NR 10 e/ou NR 35**, conforme as atividades atribuídas a cada profissional.

Por ser expressão da verdade, firma a presente declaração para que produza os efeitos legais pertinentes.

Local e data.

Assinatura e carimbo
(representante legal)

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/portal/prefjuinamt#/assinatura> e informe o código a96aea86-97af-4b04-a928-9a6da2c916ea, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.

Observação: Elaborar preferencialmente em papel timbrado da licitante, devidamente assinado por seu representante legal/preposto.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



ANEXO X

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026

DECLARAÇÃO DE EXISTÊNCIA OU COMPROMISSO DE INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO NO MUNICÍPIO DE JUÍNA/MT

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, com sede à _____, neste ato representada por seu representante legal, Sr.(a) _____, inscrito(a) no CPF sob o n.º _____, **DECLARA**, sob as penas da lei, para fins de participação no Pregão Eletrônico n.º 035/2026, que:

() Possui escritório instalado e em funcionamento no Município de Juína/MT, situado na _____, em condições de atender às necessidades decorrentes da execução do objeto contratual.

OU

() Compromete-se, caso seja CONTRATADA, a instalar e manter escritório no Município de Juína/MT, em condições adequadas ao atendimento das necessidades decorrentes da execução do objeto contratual, no prazo máximo de **60 (sessenta) dias**, contado a partir do início da vigência da ata de registro de preços.

DECLARA, ainda, estar ciente de que deverá comprovar perante a Administração Municipal a existência e o funcionamento do referido escritório, no prazo máximo de **60 (sessenta) dias**, contado a partir do início da vigência da ata de registro de preços, mediante apresentação de documentação comprobatória pertinente, conforme as disposições do Edital e seus anexos.

Por fim, **DECLARA** estar ciente de que o descumprimento do compromisso assumido poderá ensejar a aplicação das medidas administrativas e sanções cabíveis, observadas as disposições contratuais e a Lei Federal n.º 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Por ser expressão da verdade, firma a presente declaração para que produza seus efeitos legais.

Local e data.

Assinatura e carimbo
(representante legal)

Observação: Elaborar preferencialmente em papel timbrado da licitante, devidamente assinado por seu representante legal/preposto.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



ANEXO XI

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026

MODELO DE DECLARAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com endereço na Av/Rua _____, por meio de seu representante legal Sr.(a) _____, portador(a) do CPF/MF sob o nº _____, no uso de suas atribuições legais:

DECLARA que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos.

DECLARA, para fins de participação no processo licitatório em pauta e sob as penas da Lei, que atende plenamente aos requisitos de habilitação.

DECLARA que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

DECLARA que não possui em seu quadro de pessoal empregado (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso VI, art. 68, da Lei nº. 14.133/2021.

DECLARA que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

DECLARA que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

DECLARA sob as penalidades cabíveis a inexistência de fato superveniente impeditivo a sua participação e que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos públicos.

DECLARA que não possui em seu quadro de pessoal servidores públicos exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, dos artigos 9º e 14º da Lei nº. 14.133/2021.

DECLARA que nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

DECLARA sob as penas do art. 299 do Código Penal, de que terá a disponibilidade, caso venha a vencer o certame, dos produtos/serviços licitados para realizar a entrega nos prazos e/ou condições previstas.

DECLARA que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



DECLARA que as informações aqui prestadas são verídicas, tendo ciência da responsabilidade pela veracidade das informações, na forma da lei.

Local e data.

Assinatura e carimbo
(representante legal)

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/portal/prefjuinamt#/assinatura> e informe o código a96aea86-97af-4b04-a928-9a6da2c916ea, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.

Observação: Elaborar preferencialmente em papel timbrado da licitante, devidamente assinado por seu representante legal/preposto.

83



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



ANEXO XII

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026

DADOS PARA CADASTRO NO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

Dados da Empresa:

Nome Fantasia:	
Razão Social:	
CNPJ:	Optante pelo SIMPLES? (Sim/Não)
Inscrição Estadual:	
Inscrição Municipal:	
Endereço:	
Bairro:	Cidade:
CEP:	E-mail:
Telefone:	
Banco:	
Nome e nº da Agência:	
Conta Bancária:	

Tipo de Empresa:

☐ Individual;
☐ LTDA;
☐ LTDA-ME;
☐ LTDA-EPP;
☐ Sociedade Anônima;
☐ Microempresa Individual (MEI);
☐ Empresa Individual de Responsabilidade Limitada EIRELI.

Dados da Pessoa Responsável (Administrador):

Nome:		
CPF n.º:		
RG n.º:	Órgão Expedidor:	Estado:
Endereço:		
Bairro:	Cidade:	
Telefone:	E-mail:	

Dados para o Cadastramento dos Sócios (Informar todos os sócios):

Nome:		
CPF n.º:		
RG n.º:	Órgão Expedidor:	Estado:
Endereço:		
Bairro:	Cidade:	
Telefone:	E-mail:	

Local e data.

Assinatura e carimbo
(representante legal)

Observação: Elaborar preferencialmente em papel timbrado da licitante, devidamente assinado por seu representante legal/preposto.

84



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



ANEXO XIII

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º ____/2026

O **MUNICÍPIO DE JUÍNA**, Estado de Mato Grosso, com sede Travessa Emmanuel, n.º 33N, Centro, CEP.: 78320-000 - Cx. Postal 01, na cidade de Juína-MT, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 15.359.201/0001-57, neste ato representado(a) pelo Prefeito Municipal, **PAULO AUGUSTO VERONESE**, brasileiro(a), residente e domiciliado/a no Município de Juína-MT, doravante denominado simplesmente de ORGÃO GERENCIADOR, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 035/2026, publicada no DIÁRIO OFICIAL DE CONTAS DE MATO GROSSO de ____/____/2026, Processo Administrativo n.º 179/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) _____, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____, com sede na _____, n.º _____, Bairro _____ no Município de _____, neste ato representada por seu Representante Legal, _____, brasileiro(a), residente e domiciliado/a no Município de _____, doravante denominado simplesmente de FORNECEDOR REGISTRADO, indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 609/2023 e demais legislações aplicáveis e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO DE SISTEMAS ELETRÔNICOS DE SEGURANÇA, COM MONITORAMENTO REMOTO 24 (VINTE E QUATRO) HORAS DOS PRÉDIOS PÚBLICOS E/OU IMÓVEIS LOCADOS PELO MUNICÍPIO, MEDIANTE TRANSMISSÃO DE SINAIS POR RADIOFREQUÊNCIA E INTERNET, DE FORMA REDUNDANTE, INCLUINDO RONDAS PREVENTIVAS E INSPEÇÃO TÉCNICA EXTERNA, QUANDO NECESSÁRIA, MEDIANTE DESLOCAMENTO DE TÉCNICO EXTERNO DE SISTEMA ELETRÔNICO DE SEGURANÇA PARA INSPEÇÃO, VERIFICAÇÃO E REGISTRO DE OCORRÊNCIAS, BEM COMO DESINSTALAÇÃO E INSTALAÇÃO DOS SISTEMAS, CONFORME DEMANDA DA ADMINISTRAÇÃO, ATENDENDO ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, DA CÂMARA MUNICIPAL E DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO – DAES, NA QUALIDADE DE ÓRGÃOS PARTICIPANTES, DO MUNICÍPIO DE JUÍNA, ESTADO DE MATO GROSSO**, especificado no item 1.1 do Termo de Referência, anexo do Edital de Licitação – Pregão Eletrônico n.º 035/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



LOTE ÚNICO

Item	Cód. Item	Cód. TCE	Unidade de Medida	Qtd.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
Total de Itens:				Valor Total:			

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o Município de Juína-MT, por meio da Secretaria Municipal Finanças e Administração.

3.1.1. São obrigações do Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, dentre a prática de todos os atos de controle e administração da ARP, as seguintes obrigações:

- Gerenciar a presente ata, indicando sempre que solicitado, o nome do detentor da ata, o preço e as especificações dos serviços/materiais/produtos registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.
- Observar que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.
- Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação as novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.
- Acompanhar a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata.
- Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.
- Consultar o detentor da ata registrada (observando a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer os serviços/materiais/produtos a outro(s) órgão da Administração Pública que externem a intenção de utilizar a presente Ata.
- Fiscalizar o bom atendimento das entregas e da qualidade dos serviços/materiais/produtos, através de Servidor designado para tal.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir o item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.6.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.6, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado da data da sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, poderá ser autorizada a renovação dos quantitativos originalmente registrados para os itens constantes da ata, desde que:

5.1.1.1. haja previsão expressa no Edital e na Ata de Registro de Preços;

5.1.1.2. seja demonstrada a vantajosidade dos preços registrados para a Administração;

5.1.1.3. a renovação ocorra concomitantemente à prorrogação da vigência da ata;

5.1.1.4. os quantitativos renovados não ultrapassem os quantitativos originalmente registrados para cada item;

5.1.1.5. haja prévia consulta e concordância formal do fornecedor beneficiário da ata.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



5.1.2. A renovação dos quantitativos não implica revisão de preços, nem gera direito subjetivo à contratação, permanecendo as aquisições/contratações condicionadas à necessidade da Administração e à emissão dos respectivos instrumentos de contratação.

5.1.3. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.4. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário.

5.5. O Cadastro de Reserva será composto pela ordem de classificação originária de lances, respeitando a preferência dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário e posterior para os licitantes que mantiverem suas propostas originárias.

5.6. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.6.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

5.6.2. quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.7. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.8. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.9. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.10. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.6 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de

Este documento foi assinado eletronicamente e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/portal/prefjuinamt/#/assinatura> e informe o código a96aea86-97af-4b04-a928-9a6da2c916ea, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.11. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.11.1. convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.11.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.12. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição/contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se inferior ou superior ao preço praticado no mercado deverá ser aplicadas as disposições dos arts. 38 a 39, do Decreto Municipal nº 609, de 28 de dezembro de 2023.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

Este documento foi assinado eletronicamente e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/portal/prefjuina/assinatura#/> e informe o código a96aea86-97af-4b04-a928-9a6da2c916ea, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



- 8.2.1.** de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- 8.2.2.** de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
- 8.3.** O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
- 8.4.** Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
- 8.5.** Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
- 8.6.** Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
- 8.7.** Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 9.1.** O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
- 9.1.1.** Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 9.1.2.** Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 9.1.3.** Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- 9.1.4.** Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.;
- 9.1.5.** Por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado e justificado por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor, prejudique o cumprimento da ata;
- 9.1.6.** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.1.6.1.** Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 9.2.** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Juína/MT, ____ de ____ de 2026.

MUNICÍPIO DE JUÍNA-MT
CNPJ/MF N.º 15.359.201/0001-57
ÓRGÃO GERENCIADOR
PAULO AUGUSTO VERONESE
Prefeito Municipal

CNPJ/MF N.º _____
FORNECEDOR REGISTRADO

Representante Legal/Preposto



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



TESTEMUNHAS

1 -

2 -

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/portal/prefjuinamt#/assinatura> e informe o código a96aea86-97af-4b04-a928-9a6da2c916ea, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



ANEXO XIV

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026

MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º ____/2026

Processo Administrativo n.º 179/2026

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇOS Nº ____/2026, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE JUÍNA-MT, POR INTERMÉDIO DO PREFEITO MUNICIPAL, PAULO AUGUSTO VERONESE E

O **MUNICÍPIO DE JUÍNA**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Travessa Emmanuel, n.º 33N, Centro, CEP.: 78320-000 - Cx. Postal 01, na cidade de Juína-MT, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 15.359.201/0001-57, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **PAULO AUGUSTO VERONESE**, brasileiro(a), residente e domiciliado(a) no Município de Juína-MT, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), brasileiro(a), solteiro(a), função, portador(a) da Cédula de Identidade n.º, .../....., e inscrito(a) no CPF/MF sob o n.º, residente e domiciliado(a) no Município de, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n.º 035/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO DE SISTEMAS ELETRÔNICOS DE SEGURANÇA, COM MONITORAMENTO REMOTO 24 (VINTE E QUATRO) HORAS DOS PRÉDIOS PÚBLICOS E/OU IMÓVEIS LOCADOS PELO MUNICÍPIO, MEDIANTE TRANSMISSÃO DE SINAIS POR RADIOFREQUÊNCIA E INTERNET, DE FORMA REDUNDANTE, INCLUINDO RONDAS PREVENTIVAS E INSPEÇÃO TÉCNICA EXTERNA, QUANDO NECESSÁRIA, MEDIANTE DESLOCAMENTO DE TÉCNICO EXTERNO DE SISTEMA ELETRÔNICO DE SEGURANÇA PARA INSPEÇÃO, VERIFICAÇÃO E REGISTRO DE OCORRÊNCIAS, BEM COMO DESINSTALAÇÃO E INSTALAÇÃO DOS SISTEMAS, CONFORME DEMANDA DA ADMINISTRAÇÃO, ATENDENDO ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, DA CÂMARA MUNICIPAL E DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO – DAES, NA QUALIDADE DE ÓRGÃOS PARTICIPANTES, DO MUNICÍPIO DE JUÍNA, ESTADO DE MATO GROSSO**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

LOTE ÚNICO

Item	Cód. Item	Cód. TCE	Unidade de Medida	Qtd.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
Total de Itens:				Valor Total:			

93



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de ____ (____) meses, contados data da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. É vedada a subcontratação, total ou parcial, do objeto desta contratação. O CONTRATADO deverá executar diretamente todas as atividades previstas, sendo integralmente responsável pelo cumprimento das obrigações assumidas, bem como pela qualidade, segurança, eficiência e regularidade dos serviços prestados e/ou produtos fornecidos.

4.2. A vedação fundamenta-se na necessidade de garantir a execução direta do objeto, preservar a padronização e evitar riscos à continuidade, à segurança e à integridade dos serviços/produtos, nos termos do art. 122, §2º da Lei nº 14.133/2021, além dos princípios da legalidade, eficiência, segurança e interesse público.

4.3. O descumprimento dessa disposição será considerado inadimplemento, sujeitando o CONTRATADO às penalidades previstas no edital e na legislação aplicável.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$ _____ (valor por extenso).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

Este documento foi assinado eletronicamente e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/portal/prefjuinamt#/assinatura> e informe o código a96aea86-97af-4b04-a928-9a6da2c916ea, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO será de até **30 (trinta) dias**, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme previsto no Termo de Referência.

6.2. Demais condições referentes ao pagamento encontram-se definidos no Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado a partir da data do orçamento estimado, em __/__/__.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do CONTRATADO, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas IGPM-FGV, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Prefeitura Municipal de Juína/MT para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.9. A Administração deverá prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo CONTRATADO, desde que relacionados ao objeto contratado, bem como decidir expressamente sobre todas as solicitações e reclamações apresentadas no âmbito da execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestadamente impertinentes, meramente protelatórios ou desprovidos de interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.9.1. A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 15 (quinze) dias;

8.1.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

8.1.12. Recusar o(s) serviço(s) que esteja(m) sendo realizado(s) em desacordo com o exigido no contrato;

8.1.13. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado, ouvido sempre, neste caso, o Fiscal do Contrato.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.2. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.4. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela

96



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital e Fazenda Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.5. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.1.6. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.1.7. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.8. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.1.9. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.1.10. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.1.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.13. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.1.14. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.1.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.16. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.1.17. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

Este documento foi assinado eletronicamente e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/portal/prefjuinamt#/assinatura> e informe o código a96aea86-97af-4b04-a928-9a6da2c916ea, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



- 9.1.18.** Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalho forçados;
- 9.1.19.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, observada a legislação pertinente;
- 9.1.20.** Não submeter o menor de 18 (dezoito) anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.1.21.** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.1.22.** Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.1.23.** Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.1.24.** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.1.25.** Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução do contrato;
- 9.1.26.** Efetuar a prestação dos serviços de acordo com as especificações e condições estipuladas no Termo de Referência;
- 9.1.27.** Caso não seja possível a realização do serviço na data assinalada, o CONTRATADO deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;
- 9.1.28.** Disponibilizar todos os equipamentos em perfeitas condições de uso e funcionamento, compatíveis com a demanda dos serviços licitados, bem como mão-de-obra qualificada, possibilitando atendimento de forma satisfatória, a fim de não comprometer o andamento e a demanda dos serviços do CONTRATANTE;
- 9.1.29.** Fornecer todos os materiais, mão-de-obra, acessórios e/ou complementos necessários para a completa execução dos serviços propostos, mesmo que não explicitamente descritos nas especificações, porém, necessários para a entrega dos serviços perfeitamente prontos e acabados os seus detalhes;
- 9.1.30.** O CONTRATADO deverá disponibilizar, instalar e configurar, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE, acesso ao sistema de monitoramento por meio de computadores e dispositivos móveis (celulares) aos servidores devidamente autorizados pelo CONTRATANTE, incluindo os recursos necessários à sua utilização, manutenção e suporte durante toda a vigência contratual;
- 9.1.31.** Os equipamentos disponibilizados em regime de comodato deverão ser novos, de primeiro uso e em perfeitas condições de funcionamento, em conformidade com as normas técnicas e regulamentações aplicáveis;

Este documento foi assinado eletronicamente e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse [https://blue.juina.mt.gov.br/portal/prefjuina/assinatura#/assinatura](https://blue.juina.mt.gov.br/portal/prefjuina/assinatura#/) e informe o código a96aea86-97af-4b04-a928-9a6da2c916ea, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



9.1.32. Os serviços deverão ser realizados sem prejuízo do funcionamento dos sistemas, devendo o CONTRATADO adotar medidas para evitar interrupções ou, quando inevitáveis, realizá-las em horários previamente acordados com o CONTRATANTE;

9.1.33. Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto do Termo de Referência, sem prévia autorização do CONTRATANTE.

9.1.34. Compete ao CONTRATADO implementar e manter, durante toda a execução contratual, os dois meios independentes de transmissão de sinais, mediante internet e radiofrequência, em funcionamento redundante, assegurando que eventual indisponibilidade de um dos canais não interrompa a transmissão dos eventos à Central de Monitoramento. A definição do canal de comunicação a ser utilizado de forma prioritária ficará a cargo do CONTRATADO, desde que assegurados o funcionamento redundante dos meios de transmissão e a continuidade da comunicação com a Central de Monitoramento.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o CONTRATADO que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao CONTRATADO que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. Advertência, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. Multa:

Este documento foi assinado eletronicamente e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse <https://blue.juina.mt.gov.br/portal/prefjuinamt#/assinatura> e informe o código a96aea86-97af-4b04-a928-9a6da2c916ea, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



1) Moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30% (trinta por cento) dias;

2) Moratória de 0,05% (cinco centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **05 (cinco) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Este documento foi assinado eletronicamente e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse [https://blue.juina.mt.gov.br/porta/prefjuina/assinatura#/assinatura](https://blue.juina.mt.gov.br/porta/prefjuina/assinatura#/) e informe o código a96aea86-97af-4b04-a928-9a6da2c916ea, ou leia o QRCode ao lado para validar as assinaturas.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.11. Os débitos do CONTRATADO para com a Administração CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



12.4.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3. Indenizações e multas.

12.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município deste exercício, nas dotações abaixo discriminadas:

- 11 - 01.001.04.122.0002.2005.3.3.90.39.1.500.0000000;
- 22 - 01.001.04.122.0004.2021.3.3.90.39.1.500.0000000;
- 92 - 02.100.12.361.0002.2203.3.3.90.39.1.500.1001000;
- 118 - 02.110.12.361.0032.2204.3.3.90.39.1.500.1001000;
- 153 - 02.120.12.365.0034.2218.3.3.90.39.1.500.1001000;
- 239 - 03.105.10.301.0013.2304.3.3.90.39.1.500.1002000;
- 263 - 03.105.10.302.0015.2315.3.3.90.39.1.500.1002000;
- 297 - 03.105.10.302.0015.2319.3.3.90.39.1.500.1002000;
- 343 - 03.105.10.302.0015.2337.3.3.90.39.1.500.1002000;
- 397 - 03.105.10.305.0016.2309.3.3.90.39.1.500.1002000;
- 408 - 03.105.10.305.0016.2311.3.3.90.39.1.500.1002000;
- 332 - 03.105.10.302.0015.2329.3.3.90.39.1.500.1002000;
- 367 - 03.105.10.303.0017.2312.3.3.90.39.1.500.1002000;
- 321 - 03.105.10.302.0015.2327.3.3.90.39.1.500.1002000;
- 310 - 03.105.10.302.0015.2326.3.3.90.39.1.500.1002000;
- 475 - 04.140.04.122.0002.2410.3.3.90.39.1.500.0000000;
- 645 - 06.180.08.244.0006.2601.3.3.90.39.1.500.0000000;
- 610 - 06.180.08.243.0006.2605.3.3.90.39.1.500.0000000;
- 673 - 06.180.08.244.0007.2606.3.3.90.39.1.500.0000000;
- 687 - 06.180.08.244.0007.2608.3.3.90.39.1.500.0000000;
- 704 - 06.180.08.244.0008.2611.3.3.90.39.1.500.0000000;
- 761 - 07.100.04.122.0002.2702.3.3.90.39.1.500.0000000;
- 854 - 08.190.04.122.0002.2822.3.3.90.39.1.500.0000000;
- 936 - 09.100.04.122.0002.2902.3.3.90.39.1.501.0000000;
- 968 - 09.120.13.392.0033.2222.3.3.90.39.1.501.0000000;
- 1034 - 10.110.23.691.0010.2958.3.3.90.39.1.501.0000000;
- 1074 - 10.140.04.122.0002.2713.3.3.90.39.1.501.0000000;



ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO



- 1098 - 10.150.14.422.0003.2420.3.3.90.39.1.501.0000000.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal nº 609/2023 e demais normas municipais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Juína/MT para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Juína/MT, ____ de _____ de ____.

MUNICÍPIO DE JUÍNA-MT
CNPJ/MF N.º 15.359.201/0001-57
CONTRATANTE
PAULO AUGUSTO VERONESE
Prefeito Municipal
CPF/MF N.º

CNPJ/CPF/MF N.º
CONTRATADA

Representante Legal
CPF/MF N.º

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Assinaturas

ISABELLA CRYSTINA GONCALVES DA CUNHA (XXX.095.791-XX)

Título: Agente de Contratação

Assinatura: Eletrônica



Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse
<https://blue.juina.mt.gov.br/portal/prefjuinamt#/assinatura> e informe o código a96aea86-97af-4b04-a928-9a6da2c916ea, ou leia o QRCode ao
lado para validar as assinaturas.